



Anais da Assembléia

152

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE DEZEMBRO de 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1986
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Ezequias Losso.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Buf-fara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte e Werner Wanderer (35). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Fiori Luiz, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Augusto Carneiro, Edilson Alencar, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Tadeu França e Wilson Fortes (23).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 160/86

Curitiba, 08 de dezembro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cornélio Procópio, o imóvel constituído de terreno urbano medindo 55.180,00 m², (cinquenta e cinco mil, cento e oitenta metros quadrados), havidos pelo Estado do Paraná, por doação do próprio Município, conforme registro R-1/2.739, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procópio.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da coletividade, eis que, conforme esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito de Cornélio Procópio, em expediente dirigido ao Governo do Estado do Paraná, aquela municipalidade irá utilizar o imóvel a ser doado, na construção de um "complexo esportivo".

Tendo em vista os elevados interesses públicos, solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Certo de que a proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 292/86

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo, autorizado a doar ao Município de Cornélio Procópio, o imóvel constituído de terreno urbano medindo 55.180,00 m², (cinquenta e cinco mil, cento e oitenta metros quadrados), havidos pelo Estado do Paraná, por doação do próprio Município, conforme registro R-1/2.739, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cornélio Procópio.

Parágrafo Único - O imóvel a que se refere este artigo, será, obrigatoriamente, utilizado pelo donatário na construção de um complexo esportivo e a doação abrangge as benfeitorias nele existentes.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 159/86.

Curitiba, 08 de dezembro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar este Poder Executivo a prestar garantias ou contragarantias do Tesouro do Estado a operações de crédito a serem contratadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, até o valor total equivalente, em moeda nacional, a US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), bem como a vincular, para esse efeito, os recursos a serem transferidos pela União ao Estado, na forma dos artigos 25 e 26, da Constituição Federal, obedecidas suas vinculações.

As operações financeiras em questão, que deverão ser contratadas pela COPEL junto às instituições nacionais e internacionais de crédito, destinar-se-ão, em sua parcela mais substancial, cerca de 85% (oitenta e cinco por cento), equivalendo a aproximadamente US\$ 600,000,000.00 (seiscentos milhões de dólares), ao financiamento da construção da Usina de Segredo.

Como é de conhecimento dos ilustres Membros dessa Casa, a União Federal, por meio do Decreto n. 84.209, de 14 de novembro de 1979, outorgou concessão à COPEL para construção e exploração do referido aproveitamento hidrelétrico, situado no Rio Iguaçu, nos Municípios de Guarapuava, Pinhão e Mangueirinha.

É bem conhecida dos Senhores Deputados a excepcional relevância que a execução da mencionada obra terá para o Estado e para o País, visto tratar-se de empreendimento cuja realização é absolutamente indispensável à implementação dos planos governamentais de atendimento aos requisitos do mercado de energia elétrica, não somente na área de concessão da COPEL, como também em regiões de atuação de outros concessionários, a serem por ela supridos de energia.

Sabendo-se que, por tais motivos, a Usina de Segredo assume lugar de destaque entre as obras de geração contempladas no "Plano de Recuperação Setorial - PRS", do setor de energia elétrica, aprovado pelo Senhor Presidente da República, em novembro de 1985, é grandemente significativo para o Estado do Paraná que a sua construção e exploração estejam confiadas à Empresa do Governo do Estado, fato que, por si só, justifica plenamente a conveniência e oportunidade das providências a que visa o anteprojeto de lei ora proposto.

Por outro lado, a parcela complementar das operações de crédito a serem garantidas, de cerca de 15% (quinze por cento), atingindo importância equivalente a aproximadamente US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinar-se-á a possibilitar o

prosseguimento da execução de importantes programas de investimento da COPEL, notadamente o relativo à eletrificação rural, que tem se constituído no grande destaque do esforço da concessionária em termos de investimento, permitindo-lhe levar os benefícios da energia elétrica, com notável eficiência e a custos substancialmente reduzidos a números cada vez mais expressivos de agricultores paranaenses.

Vale destacar, a título de ilustração, quanto ao contínuo incremento dos investimentos que vêm sendo efetuados, que no ano de 1985 a COPEL aplicou em eletrificação rural recursos que excederam em 505,5% aos dispendidos no mesmo programa em 1984, sem prejuízo da grande ênfase também observada quanto a outros segmentos das atividades da Empresa, a exemplo da distribuição urbana, onde os recursos investidos foram 409,9% superiores aos aplicados no ano anterior.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

Na certeza de que, pelos motivos expostos e pelos demais que serão supridos por parte dos Senhores Deputados, essa Augusta Casa de Leis dará ao plano de lei o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 291/86

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a prestar garantias ou contragarantias do Tesouro do Estado a operações de crédito a serem contratadas pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, até o montante em moeda nacional equivalente a US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observadas as taxas de câmbio vigentes nas datas de efetiva ocorrência das contratações.

Parágrafo único. As operações de crédito de que trata este artigo, destinar-se-ão à obtenção, junto às instituições financeiras nacionais e internacionais, de recursos necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Segredo e à execução de programas de investimento da COPEL.

Art 2º - Para cumprimento do previsto no art. 1º desta lei, fica facultado ao Poder Executivo vincular as quotas-partes dos recursos que deverão ser transferidos ao Estado pela União, conforme o disposto nos artigos 25 e 26 da Constituição Federal, observadas as respectivas vinculações.

Art. 3.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 161/86.

Curitiba, 10 de dezembro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 28 de agosto de 1986, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios de ALTO PIQUIRI, AMAPORÁ, ASSAÍ, ASSIS CHATEAUBRIAND, BARRA DO JACARÉ, BITURUNA, BOA ESPERANÇA, BOA VISTA DA APARECIDA, BRAGANEY, CAFEARA, CAFELÂNDIA, CAMBIRA, CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, CATANDUVAS, CENTENÁRIO DO SUL, CÉU AZUL, CLEVELÂNDIA, CONGOINHAS, DIAMANTE DO NORTE, FLORESTÓPOLIS, FORMOSA DO OESTE, GUAIRAÇA, GUARACI, ICARAÍMA, IGUAQUÊ, IMBITUVA, ITAMBÉ, ITAUNA DO SUL, JANIÓPOLIS, JESUITAS, JURANDA, JUSSARA, KALORÉ, LOANDA, LUPIONÓPOLIS, MAMBORE, MARILENA, MIRADOR, MISSAL, NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, NOVA ALIANÇA DO IVAÍ, NOVA AURORA, NOVA CANTU, NOVA LONDRINA, OURIZONA, PALOTINA, PARAÍSO DO NORTE, PLANALTINA DO PARANÁ, PORTO RICO, PRUDENTÓPOLIS, QUERÊNCIA DO NORTE, ROLÂNDIA, RONCADOR, SABÁUDIA, SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, SANTA HELENA, SANTA IZABEL DO IVAÍ, SANTA TEREZINHA DO ITAIPU, SÃO CARLOS DO IVAÍ, SÃO JOÃO DO CAIUA, SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, SÃO PEDRO DO PARANÁ, TAMBOARA, TERRA BOA, TERRA RICA, TRÊS BARRAS DO PARANÁ, TUNÉIRAS DO OESTE, TUPÁSSI, UMUARAMA, VERA CRUZ DO OESTE e VITORINO, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador

- A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 162/86.

Curitiba, 11 de dezembro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que submeta a essa Colenda Casa, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou financiamento externo e interno, em moeda nacional ou estrangeira, até o equivalente em moeda nacional a US\$ 82,000,000.00 (oitenta e dois milhões de dólares dos Esta-

dos Unidos da América da Norte), com vistas ao saneamento financeiro da empresa Cidade Industrial de Curitiba S/A - CIC S/A.

Justificando o envio desse documento legal, permito-me apresentar as razões que nos levaram a tal cometimento.

1. O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, encaminhou-me o Ofício n. 381/86-EM, datado de 03 de outubro pretérito, com o seguinte teor:

"Senhor Governador:

A Cidade Industrial de Curitiba foi implantada através de um convênio firmado entre o Município de Curitiba e o Estado do Paraná, visando iniciar um processo orientado de industrialização do Estado.

Desde sua implantação, o Município tem encontrado dificuldades na obtenção de recursos próprios necessários à consecução destes objetivos, tendo necessidade de recorrer constantemente a financiamentos para que pudesse adquirir as áreas e executar as obras de infra-estrutura necessárias ao projeto, operações estas realizadas através dos bancos estaduais.

O ônus da implantação da CIC se tornou insustentável para o Município de Curitiba e a parcela de retorno através do ICM é insuficiente para que o Município possa responder pelos compromissos assumidos pela implantação do projeto.

Assim sendo, vimos solicitar a Vossa Excelência que o Estado como maior beneficiário do projeto venha assumir os ônus decorrentes do mesmo, quer diretamente, através de operação financeira própria, ou dando ao Município garantia de liquidez nas novas operações financeiras necessárias a tornar o Município adimplente junto aos bancos oficiais.

Em troca o Município repassará ao Estado sob a forma de dação em pagamento, a totalidade das áreas disponíveis de propriedade da CIC - Cidade Industrial de Curitiba S/A, para que, através de sua comercialização o Estado possa ressarcir-se dos compromissos assumidos com esta operação.

Assim sendo, solicitamos a Vossa Excelência estudar a possibilidade de o Estado assumir os ônus decorrentes deste projeto.

Colocamo-nos ao inteiro dispor de Vossa Excelência para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, reiteramos nossa elevada consideração e apreço, subscrevendo-nos atenciosamente ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA - Prefeito Municipal".

2. Ao estabelecer o congelamento, aos níveis existentes em 30 de abril de 1986, dos empréstimos e repasses realizados pelas instituições financeiras oficiais estaduais com governos estaduais, municípios e suas entidades da administração direta,

a Resolução n. 1135, de 15/05/86, do CMN, impediu a realização de novas operações com a CIC S/A, vedando, ao mesmo tempo, a rolagem daquelas já contratadas.

3. A coobrigação do Estado do Paraná será devido ao seu envolvimento direto e indireto com a CIC S/A, em função das operações de crédito realizadas pela mesma, principalmente com os bancos estaduais. Buscando uma solução definitiva para os problemas já identificados, propõe uma composição dos débitos da empresa, visando seu saneamento financeiro junto as entidades de crédito que integram o Sistema Financeiro Oficial do Estado.

4. Para a superior apreciação dessa Casa de Leis, tomo a liberdade agora, Senhor Presidente, de reportar-me sucintamente aos termos e condições de acordo de cooperação a ser celebrado entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba e os bancos estaduais, com a interveniência da SEFI e da SEIC (Anexo 2), objetivando o equacionamento financeiro da CIC S/A, de que o anteprojeto de lei que ora encaminho é peça fundamental.

4.1 - A posição financeira da CIC S/A, na data-base 30/06/86, projetada para 31/12/86 é a seguinte:

US \$ Mil

	VENCIDO	VINCENDO	TOTAL
BADEP	30,348	17,438	47,786
BANESTADO	9,892	5,332	15,225
BRDE	18,597	16,395	34,992
TOTAL.....	58,837	39,165	98,002

A referida posição da iniciativa dos bancos credores de promoverem a revisão dos encargos vencidos, com base numa taxa máxima de 24% (vinte e quatro por cento) ao ano acima do reajuste monetário, o que proporcionou uma redução de aproximadamente US\$ 12,213 (doze mil e duzentos e treze dólares dos Estados Unidos da América do Norte) em relação às condições, originalmente pactuadas. Este benefício representa parte da contribuição dos bancos oficiais estaduais à solução dos problemas financeiros da CIC S/A.

4.2 - Dos débitos totais (vencidos e vincendos), no montante de US\$ mil 98,002 (noventa e oito milhões e dois mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), o Município de Curitiba ficará responsável pela solução de US\$ mil 16,697, correspondente a 17% do total, e o Estado do Paraná por US\$ mil 81,305, representando 83% do global.

Da parcela que cabe ao Município de Curitiba, US\$ mil 12,248 (doze milhões e duzentos e quarenta e oito mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), correspondem a débitos vencidos, os quais se-

rão reescalados pelos três bancos oficiais, num prazo de 8 (oito) anos, com encargos reduzidos. Com isso, o Município terá, ao longo da operação, uma redução de desembolsos da ordem de US\$ mil 16,167 (dezesseis milhões e cento e sessenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América do Norte), benefício este proveniente da aplicação de taxas inferiores às praticadas, atualmente, no mercado financeiro.

4.3 - A parte a ser assumida pelo Estado será assim ajustada:

4.3.1 - Os débitos vencidos, no montante de US\$ mil 46,589, serão quitados mediante captação e recursos externos ou mediante prestação de aval/fiança ou outras garantias, de acordo com a Lei Estadual n. 7.813, de 29/12/83, alterada pela Lei n. 8.047, de 26/12/84.

4.3.2 - Parte dos débitos vincendos, no valor de US\$ mil 10,969, permanecerá sob responsabilidade da CIC S/A, que, para este efeito, utilizará recursos oriundos do novo convênio a ser firmado com o Estado do Paraná, para recebimento de parcelas de ICM gerado pelas empresas instaladas na CIC.

4.3.3 - Remanescem, ainda, débitos vincendos no valor de US\$ mil 23,747, os quais terão garantia fidejussória do Estado do Paraná ou serão por ele assumidos.

4.4 - Cumpre ressaltar que, ao participar de um acordo global para a solução dos problemas financeiros da CIC S/A, o Estado do Paraná não o faz a título gratuito ou discricionário. Tem em vista seus superiores interesses e, de modo particular, a consolidação do parque fabril paranaense. Cerca-se, de outra parte, das garantias e instrumentos necessários à operação dessa natureza.

Basta mencionar que, como contrapartida dos débitos assumidos pelo Estado, este receberá da CIC S/A, em dação em pagamento, a totalidade dos terrenos hoje existentes (desapropriados ou em fase de desapropriação), ou o produto da venda dos mesmos.

5. Por outro lado, incumbirá ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, na qualidade de gestor do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, e como representante do Estado do Paraná, administrar, vender, receber o preço das vendas realizadas e transferir o produto da venda das áreas ao Tesouro Geral do Estado.

6. Essas e demais condições do mencionado Acordo de Cooperação, acham-se explicitadas no Anexo 2, em que os Senhores Parlamentares poderão buscar os elementos

de convicção necessários à aprovação do presente projeto de lei.

7. Explorar, com parcimônia e inteligência, a margem de manobra do Estado em termos de endividamento é prática que tem norteado a atual Administração, preocupada em não comprometer o Tesouro em sua capacidade e prover os serviços públicos e as necessidades básicas da população.

O Acordo de Cooperação que se pretende celebrar e o projeto de lei ora submetido revestem-se desse caráter.

8. Coerente com sua política de fazer do Paraná um Estado economicamente forte, a partir de uma base industrial sólida e moderna, o Governo do Estado tem plena convicção de que, ao propor este projeto de lei, estará não só diligenciando nesse sentido, como preservando um patrimônio público inestimável, representado pelos bancos oficiais estaduais, hoje seriamente ameaçados em sua saúde econômico-financeira pelo alto grau de endividamento da CIC S/A.

9. Tendo em vista o elevado interesse público, solicito que a matéria aqui contida seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária dessa Augusta Casa de Leis.

10. Certo, Senhor Presidente, de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 293/86

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos ou internos em moeda nacional ou estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 82,000,000.00 (oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para fazer face ao saneamento financeiro da empresa CIC - Cidade Industrial de Curitiba S/A.

Parágrafo Único. A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações e com uma ou mais entidades financeiras.

Art. 2º - O Poder Executivo fica autorizado, também, a prestar fiança, aval e outras garantias e contragarantias, empréstimos e financiamentos internos ou externos destinados ao saneamento financeiro da empresa CIC - Cidade Industrial de Curitiba S/A., junto aos bancos: Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP; Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE.

Parágrafo Único. Para efetivação das garantias previstas neste artigo, poderá o Poder Executivo vincular as quotas-partes dos recursos que lhe forem transferidos pelo Governo da União, objeto do disposto nos artigos 25 e 26, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 3º - O Poder Executivo incluirá no Orçamento Anual, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício, bem como para os juros e demais encargos da dívida que vier a ser contratada na forma desta lei ou honra de aval, fiança, garantia ou contragarantias.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a assinar, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, convênio com a empresa CIC - Cidade Industrial de Curitiba S/A, para que esta receba parcelas do imposto sobre a Circulação de Mercadorias, gerado na Cidade Industrial de Curitiba, tendo como base o imposto gerado no exercício financeiro anterior ao do vencimento das obrigações contratuais junto aos bancos oficiais estaduais, destinando-se os recursos oriundos desse convênio ao pagamento de débitos junto àqueles bancos, até o limite de US\$ 11,000,000.00, encerrando-se o mesmo quando da quitação das operações que permanecerão sob responsabilidade da CIC S/A.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a receber o produto das vendas, em contrapartida dos débitos assumidos consoante o disposto nos artigos primeiro, segundo e quarto desta lei, referente às áreas a seguir discriminadas, pertencentes à CIC S/A.

a) áreas disponíveis para venda	
com posse e domínio	3.158.639,43m ²
b) área em garantia ...	3.535.131,76m ²
c) área com imissão de	
posse	2.081.983,40m ²
TOTAL	8.775.754,59m ²

§ 1º - Fica o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A, autorizado a administrar, vender, receber o preço das vendas efetivadas e transferir o produto das vendas especificadas no "caput" deste artigo ao Tesouro Geral do Estado.

§ 2º - Não se concretizando a venda da totalidade das áreas especificadas no "caput" deste artigo, fica autorizado o Poder Executivo a receber, a qualquer tempo, dação em pagamento das áreas remanescentes.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data e sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o cancelamento do Regime de Urgência sobre o Projeto de Lei n. 276/86 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ACIR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de matéria de alta relevância para o Estado, esta Comissão necessita de maior prazo para o procedimento de estudos sobre a mesma.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. DJA-NUZZI DE AQUINO, ocorrido no dia 12 próximo passado, em Amaporã, haja vista que o mesmo era membro destacado do Diretório do PMDB naquele Município, e incansável batalhador pelo progresso da terra e do bem-estar de sua gente.

Solicitamos ainda, que seja dada ciência à família enlutada, no endereço seguinte: Av. Jayme Canet Júnior, 81, Amaporã - PR - CEP 87.850.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do soberano Plenário, seja inserido na Ata da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornalista Odone Fortes Martins, que acaba de ser eleito presidente regional da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil - ADVB.

Odone Fortes Martins é um empresário honrado, dinâmico, dotado de grande visão e tem se empenhado para carrear investidores para o nosso Estado. Tem realizado gestões até mesmo com empresários de países distantes e que, a médio prazo, estarão investindo no Paraná.

Essa importante missão sempre foi por ele desenvolvida, sem nenhuma despesa para os cofres públicos, atitude muito característica dos grandes paranistas.

A Assembléia Legislativa deve consignar nos Anais da história seu reconhecimento a um homem de tão grande valor, desejando-lhe muito êxito na direção da ADVB em nosso Estado.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada ao homenageado, através do Jornal "Indústria e Comércio", nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, votos de congratulações para o Dr. Luiz José Perrotti, por ter assumido o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja inserido nos Anais desta sessão, um voto de congratulações ao jornal "Gazeta Mercantil", através de sua sucursal no Paraná, na pessoa do seu Diretor Regional, jornalista Cláudio Lachini, tendo em vista a publicação da última terça-feira, dia 09 de dezembro, de ampla reportagem sobre os diversos aspectos da economia paranaense e seus esforços para a industrialização.

Solicita, também, sejam enviados expedientes à Direção da "Gazeta Mercantil" em São Paulo, e à sucursal de Curitiba, exaltando a referida publicação pela feliz abordagem das expectativas paranaenses no setor da economia.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O conceituado matutino paulista, hoje com circulação nacional, detia em sua edição da última terça-feira, 09 de dezembro, dois cadernos especiais sobre a economia paranaense.

Sob o título "O Estado Industrial", o jornal faz um apanhado geral da realidade paranaense e as perspectivas para o futuro, ouvindo, inclusive, o Governador eleito Álvaro Dias. Mostra os objetivos que o futuro governo vai perseguir, principalmente, destacando a atração de investimentos.

Os estudiosos da economia do Paraná, têm naquele exemplar jornalístico, um amplo campo de laboratório para o exame das matérias prioritárias para a industrialização do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-

nário, o registro na Ata da presente sessão, de votos de congratulações endereçados à Universidade Federal do Paraná, pelos seus 74 anos de fundação, com consequente encaminhamento de ofícios ao Magnífico Reitor Riad Salamuni, aos Excelentíssimos Srs. Vice-Reitor Dante Romanô Júnior, aos Excelentíssimos Srs. Pró-Reitores Romar Teixeira Nogueira, Carlos Alberto Faraco, José Henrique Popp, José Henrique do Carmo, Mário Portugal Pederneiras e Antônio José de Araújo.

Ousadia, ilusão, sonho impossível e descabido, estas eram algumas das muitas maneiras para tentar qualificar a elevada pretensão de se criar neste Estado, uma Universidade. Naturalmente que existiam razões para se imaginar isto, notadamente pelo fato da realidade social, econômica e política da época.

Por outro lado, não era o que pensavam muitos homens naquele ano. Victor Ferreira do Amaral, Manoel de Cerqueira Daltro Filho, Nilo Cairo, Pampilho de Assumpção, Júlio Theodorico Guimarães e vários outros nomes, alguns até mesmo no anonimato, estiveram presentes nas sessões que permitiram a criação da Universidade do Paraná, uma vez que para eles era possível dotar este território de um estabelecimento de ensino superior, em 19 de dezembro de 1912.

Direito, Odontologia, Engenharia, Farmácia e Comércio, foram os primeiros cursos oferecidos a partir do ano seguinte, que funcionavam na Rua Comendador Araújo, 24, freqüentado por mais de trezentos alunos e cento e vinte e seis professores.

Tendo em vista a dedicação verificada nos inúmeros setores educacionais que, aliás, eram respaldadas pela sociedade, a universidade tornou-se pequena para comportar o grande interesse em termos de saber por parte da juventude.

Foi assim que, com apoio das autoridades, através do Governo Estadual, a Universidade passou a funcionar definitivamente em 19 de julho de 1914, e suas instalações tinham agora condições de oferecer ensino condizente com os propósitos do ensino daquele período.

Aos 74 anos, a Universidade Federal do Paraná tem, no bojo de sua existência, muitos fatos e situações que constituíram e continuam a fazer sua história. Períodos em que por certo influenciaram na formação de inúmeras gerações, cujo exercício profissional que adquiriram se fez igualmente presente nos destinos da sociedade paranaense. Ademais, a Universidade tornou-se o referencial da vida deste Estado, delineando por vezes os próprios meios das relações sociais.

Quando esta Casa aprova o presente requerimento de congratulações, cabe ressal-

tar, neste momento, refletir em torno do que é e do que deve e pode ser a universidade como um todo, pois é sabido o completo descaso para com a educação que o regime autoritário relegou em mais de duas décadas, fazendo do ensino superior e dos demais níveis, privilégio de poucos, tornando-o elitista e promovedor de uma escolaridade distante dos anseios populares.

A universidade não deve ser como algo a estar voltado para a sociedade. Mais do que isto, deve ela ser sinônimo de qualidade, espelhada e brotando a estrutura dos interesses de toda a nossa coletividade.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Juranda, pela passagem do seu quarto ano de emancipação política e administrativa, com consequente encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Diemes Amadei, a Excelentíssima Sra. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. Maria Zenir Prestes Messias, e aos Ilustríssimos Srs. presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

A Lei n. 7549, foi que criou o Município de Juranda, em 16 de dezembro de 1981, sendo que a instalação do imóvel municipal ocorreu em 1983, exatamente no dia 1.º de fevereiro de 1983. Foi um momento marcante para Juranda, pois a emancipação política e administrativa, historicamente, se relaciona a uma luta de sua população, no sentido de tornar a então localidade, num município autônomo, desmembrando-se de Mamborê.

Atualmente, com apenas quatro anos de fundação, Juranda dá, a cada instante, mostras que a sua independência veio mesmo a coroar o desenvolvimento que na realidade já vinha acontecendo há muitos anos atrás.

Tendo em vista as naturais dificuldades de um município novo, Juranda, por outro lado, tem sabido transpor as barreiras rumo ao processo desenvolvimentista, que aliás é nos dias de hoje, algo extremamente palpável, fruto da dedicação de seu povo, trabalhador e ordeiro, para quem não existem dificuldades que o desanimem no sentido de galgar novas posições de destaque, particularmente na região do Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Juranda, pela passagem do seu trigésimo quarto ano de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Nelson Proença, ao Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, Zigmundo Mroczek e aos Ilustríssimos Srs. presidentes das agremiações partidárias existentes na cidade.

"Chamavam os índios Peabiru a um caminho pré-colombiano que se estendia por mais de 200 léguas, da costa de São Vicente ao Rio Paraná, atravessando os Rios Tibagi, Ivahy e Piquiry, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Ao poente do Paraná, o caminho prosseguia atingindo o Peru e a costa do Pacífico.

Os bandeirantes utilizaram-se do caminho de Peabiru em todas as direções da linha-tronco e dos seus ramais. Se vinham pela linha tronco, o itinerário era São Vicente - Piratininga (SP), Sorocaba, Botucatu, Tibagy, Ivahy, Piquiry. Se vinham pelo Tietê, atravessavam o Paranapanema próximo à foz do Pirapô, subiam pela margem deste em direção ao Ivahy, que atravessavam pouco acima de seu afluente, então denominado Rio da Guia, margeando a esquerda o rio principal, até Campo do Mourão. Este rumo foi poucas vezes percorrido".

Após a entrada dos padres jesuítas, no território de Guayra (1610), o caminho de Peabiru foi dado como sendo o trilho percorrido pelo apóstolo São Tomé, em sua peregrinação na América e passou a denominar-se Caminho de São Tomé. A versão da vinda do apóstolo ao Novo Mundo era, aliás, corrente entre os índios da região atravessada pelo Peabiru e mesmo em sertão não visitado ainda por missionário. Não somente no Brasil e no Paraguai, mas em toda a América do Sul, era corrente entre os indígenas a notícia de que um homem extraordinário por ali andara pregando o Evangelho; que fora ele quem ensinara como se podia utilizar a mandioca, que assim se fez base da alimentação geral; que predissera o fastígio e a destruição de Guayra; que anunciara a vinda de missionários que lhes haviam de dizer as mesmas coisas que ele dizia. Numa rocha à margem do Piquiri diziam haver as pegadas de Sumé ou Zumé ou Thomé e que os trilhos que percorreu de uma a outra costa do continente (do Pacífico ao Atlântico), nunca mais se fecharam. Que esse trilho era o - Peabiru.

A síntese acima descrita, não revela

somente razão que motivou, posteriormente, denominar Peabiru como forma de homenagear aquele caminho, que antes de tudo caracterizou importante marco no desbravamento de grande parte das regiões que atualmente formam este Estado; mas, também, reconhecer os atos de bravura e destemor de tantos homens que, acreditando naquela rica região, permitiram em períodos mais tarde, que civilizações surgissem e dessem origem para um maior povoamento paranaense.

Porém, por mais tivessem visão e sensibilidade para perceber que o território paranaense tinha um infinito potencial a ser explorado, provavelmente não imaginariam que os vastos campos fossem também um local onde brotaria uma cidade como a de Peabiru, conseqüência da ação de diversas famílias que lá se estabeleceram.

A consolidação da coletividade peabiruense só se deu mesmo de maneira mais intensa nos idos de 1945, em face da presença dos primeiros moradores, Senhores Armindo Satorelli, Ernesto Mateus, Narciso Simão, Alfredo Ferreira, Emídio Bueno, José Couto Costa, Domingos Camargo Ribas e o Dr. Daniel Portella. A eles deve-se a implantação dos primeiros alicerces da fundação de Peabiru; da derrubada das matas verdejantes para em seu lugar trabalhar o solo visando o cultivo de inúmeras plantas, ao aparecimento do comércio, da construção de casas e da abertura de estradas.

O crescimento em ritmo acelerado atraiu novas famílias que se fixaram para somar-se ao povoamento existente, tornando inevitável sua emancipação política e administrativa, através da Lei n. 790, que criou o Município de Peabiru, no dia 14 de novembro de 1951, ocorrendo a instalação do imóvel municipal no ano seguinte, em 14 de dezembro, desmembrando-se definitivamente de Campo Mourão, oportunidade em que assumiu como primeiro Prefeito eleito, o Excelentíssimo Sr. Silvino Lopes de Oliveira.

Desde quando conquistou sua autonomia aos 34 anos, Peabiru representa, seguramente, um importante município no processo desenvolvimentista da rica região do Centro-Oeste, assim como tem dado sua significativa parcela de contribuição para o engrandecimento do Estado do Paraná, graças às atividades agrícolas e pastoris, que são as verdadeiras bases de sustentação econômico-social.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao apresentar este requerimento contando um pouco da história de Peabiru, que é também parte da história do Paraná, para que fique constado nos Anais deste Poder, o faço com particular honra e emoção, uma vez que naquela cidade encontrei

incentivo para ingressar na vida pública, enfim, onde surgiu, politicamente. Ao povo de Peabiru, que herdou de seus antepassados a mesma disposição de luta e espíritos empreendedor e pioneirístico, nos dias de hoje, envio, em nome desta Casa, os cumprimentos, através dos Poderes Constituídos, a toda Peabiru, que é sinônimo de progresso.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor aos Excelentíssimos Srs. José Sarney, Jorge Murad, João Sayad, Dilson Funaro, Deni Schwartz e Marcos Freire, pela criação da Diretoria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano, da Caixa Econômica Federal, e a Theobaldo Vitório Machado, por sua indicação para o cargo de Diretor do referido Órgão.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura, via telex, em caráter de urgência, solicitando aprovações e reivindicações da Associação Paranaense de Reflorestadores: a adoção de prontas providências destinadas a não interromper os programas florestais em andamento, correspondentes às Cartas-Consulta já aprovadas e as em processo de reconsideração, garantindo para os projetos delas decorrentes, a vigência dos procedimentos da sistemática anterior; a imediata e urgente participação de todo o setor florestal, através das Associações Nacionais, na discussão e regulamentação das medidas e normas que objetivam implementar a nova sistemática de incentivos ao reflorestamento.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) TRAJANO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

1. As medidas ocorrem, justamente no momento de plantio, pondo em risco investimentos já incorridos, com gravíssimos prejuízos na implantação do programa florestal deste ano;

2. As medidas acarretarão o desemprego no meio rural e a insolvência de centenas de pequenas empresas distribuídas pelo Brasil, principalmente no Nordeste;

3. A implantação intempestiva dessas medidas põe em risco o vasto patrimônio

florestal estabelecido sob égide de disposições legais hoje suprimidas;

4. A nova legislação cria e modela, e sendo altamente concentrador, contrasta com a política nacional de apoio aos pequenos empreendimentos e à democratização das oportunidades;

5. O disposto introduz sistemática de alta complexidade, afetando principalmente as pequenas empresas;

6. A atual estrutura do IBDF, a curto prazo, não permite o eficaz desempenho de suas novas atribuições;

7. As Cartas-Consulta/86, já aprovadas e as em processo de reconsideração, representam programas irreversíveis de plantios, já em andamento nesta data.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de telex aos Excelentíssimos Srs. Ministros da Fazenda e da Agricultura, Dr. Dilson Funaro e Dr. Iris Rezende, respectivamente, sugerindo que seja concedido para o próximo aumento, em janeiro/87, para os produtores de leite, na ordem de 100%, visto que a produção, uma vez que 40%, descontados os 30% que já fazem parte do subsídio, teríamos o aumento real de apenas 10%.

Por outro lado, encarecemos ainda que sejam tomadas medidas no sentido de agilizar o IGF para a safra de milho que já se aproxima.

Também solicitamos que sejam tomadas medidas para coibir a cobrança de ágio por parte dos fabricantes de insumos agrícolas.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

As cooperativas em nosso Estado, uma vez impedidas por disposição estatutária de pagar o ágio, estão encontrando dificuldades em conseguir atender seus cooperados na comercialização de insumos.

Portanto, as três sugestões ora apresentadas são de extrema urgência e importância, visto que o Plano Cruzado II veio para corrigir o Plano Cruzado I, mas não corrigiu os erros a nível de agricultor. Os agricultores sentem-se marginalizados em ambos os planos e a falta de medidas neste sentido os levará ao completo desestímulo, pois, considerando a carestia dos produtos de primeira necessidade e considerando também que são os maiores responsáveis por sua produção, vemos necessidade urgente de medidas que venham a corrigir o desestímulo.

Estas sugestões fazemos na certeza de

estarmos contribuindo não só com a classe dos produtores de alimentos, mas também com a Nação brasileira que sofre profunda crise de abastecimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício dirigido ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, visando a destinação de verbas para o pagamento do 13.^o salário aos funcionários da municipalidade de Terra Boa.

Torna-se perfeitamente desnecessário tecer maiores comentários no que respeita a estrutura tributária vigente, caracterizada pela excessiva concentração de recursos em poder da União e aos municípios ínfimas parcelas de dinheiro. Das inúmeras conseqüências, aliás por vezes graves, é por exemplo as administrações cujos orçamentos sequer são suficientes para o custeio da máquina.

Embora tenha racionalizado seus gastos e estimulado a arrecadação de ICM que se apresenta muito boa, o Município de Terra Boa pretende dar continuidade ao trabalho, atualmente implementado no sentido da concretização dos anseios populares. Porém, para que isto efetivamente seja possível, é de vital importância o apoio do Governo do Estado, assegurando a destinação de recursos que auxiliem no pagamento do 13.^o salário ao funcionalismo público daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, objetivando recursos financeiros que serão aplicados ao pagamento do 13.^o salário do servidor público da municipalidade de Campo Mourão.

Os encargos burocráticos e funcionais representam, sem dúvida alguma, a aplicação de grande parte dos recursos disponíveis de qualquer administração pública municipal. A razão disto é a legislação tributária em vigor, que, em síntese, significa a destinação de ínfimas parcelas aos municípios, gerando em muitos deles crises por vezes incontornáveis.

Não muito diferente de tal quadro, a folha de pagamento da Prefeitura de Campo Mourão representa, mensalmente, grandes somas, pesando ainda mais neste final de ano, por ocasião do pagamento do 13.^o, bem

como de outras obrigações trabalhistas.

Visando tornar menos difícil o enfrentamento e conseqüente solução do problema, a participação do Estado em termos financeiros é algo de extrema importância, o que, aliás, espera-se prontamente.

Sala das Sessões em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao ministro da Previdência, solicitando urgente reajuste na pensão dos aposentados, tendo em vista a grande defasagem gerada ainda no governo anterior, e que está prejudicando seriamente o orçamento dos que dependem de tais proventos para a sua manutenção.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a construção de uma casa na Escola Estadual Ângelo Gusso, na Rua Capistrano de Abreu, s/n, no Bairro do Estribo Ahú, em Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Ângelo Gusso se localiza numa área onde a presença de vândalos tem sido uma constante no dia a dia. Os recursos financeiros enviados pela FUNDEPAR, somados aos recursos angariados pela Associação de Pais e Mestres, não têm sido suficientes para fazer frente às necessidades de reparo nos estragos causados por tanto vandalismo.

Movidos pela necessidade de minorar tais problemas, a APM, juntamente com a direção do citado estabelecimento de ensino, estiveram em audiência com a Secretária Gilda Poli Rocha Loures, em 1985, levando à mesma, o conhecimento dos graves problemas enfrentados pela Escola.

Após tal audiência, e verificando-se que os problemas de arrombamentos, roubos, depredações e outros vandalismos continuaram aumentando no referido estabelecimento escolar, a comunidade local, através da Associação de Pais e Mestres tomou a decisão de colocar temporariamente uma funcionária da escola para residir na mesma, a fim de que, com sua presença

constante, diminuir os problemas citados. Acontece, porém, que tal situação, embora irregular, foi a única saída que a comunidade encontrou, para minorar o grave problema, na ocasião em questão.

Hoje, numa nova análise desta problemática, a Associação de Pais e Mestre verifica que, ao se resolver o problema das depredações e roubos, está causando ao estabelecimento escolar um novo problema, pois as dependências utilizadas pela funcionária que mora e cuida da escola, são as mesmas onde se localizam os maquinários e equipamentos de uma pequena oficina, destinada à instrução dos alunos nas práticas de diversas profissões (ex. carpintaria, artesanato, etc).

Isto posto, a APM entende que a Escola não pode prescindir da oficina, nem tampouco de um funcionário que more na mesma e cuide para que os vândalos e delinquentes não continuem a dilapidar tal patrimônio público.

Concluindo, cumpre-se registrar, ainda, que a Escola Ângelo Gusso localiza-se em local de pouca iluminação pública, onde tem sido constante a reunião de desocupados, que dentre outras atitudes, promovem o uso e a disseminação de tóxicos entre os alunos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a restauração total do asfalto, ampliação e restauração total do acostamento da Rodovia Jandaia do Sul - Placa Luar (Jardim Alegre-PR), na extensão de 80 km, e trechos integrantes da BR-369, PR-457 e PR-082.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia em questão possui intenso tráfego de veículos, principalmente o de transporte de cargas, que em muitas vezes precisam fazer uso do acostamento, que na maioria das vezes encontra-se completamente impraticável. Além disto, a pista de rolamento encontra-se com muitos defeitos, com adiantamento e crescente estado de destruição.

Esta Rodovia se constitui na principal via de tráfego entre diversos municípios do Vale do Ivaí, além de servir também a outras regiões do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a restauração do asfalto, ampliação e restauração total do acostamento da Rodovia PR-082, compreendido entre os Municípios de Engenheiro Beltrão - PR, e Placa Luar (Jardim Alegre - PR).

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O trecho da rodovia acima referida, possui uma intensa movimentação de veículos, que ao precisarem efetuar manobras que necessitem de utilizar o acostamento, ficam impossibilitados de fazê-lo, o que, não raro, tem causado graves desastres de trânsito.

Além deste aspecto, cumpre ressaltar ainda que, a pista de rolamento da citada rodovia, está com vários problemas de erosão, o que torna a mesma perigosa e desprovida das condições mínimas de segurança necessárias à sua utilização pelos motoristas usuários da mesma.

Como tal rodovia é uma das principais vias de acesso a esta importante região do Estado, imprescindível e urgente se torna sua restauração e conservação, a fim de manter fluindo o grande tráfego de veículos que transportam passageiros, cargas e a riqueza agropecuária regional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a construção de um Posto da Polícia Rodoviária Estadual, no entroncamento da PR-082, com a BR-466, localizado na comunidade de Placa Luar, no Município de Jardim Alegre - PR.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Devido ao grande tráfego de veículos pesados, além de automóveis de passeio e outros, é importante, necessário e urgente, a transferência do Posto da Polícia Rodoviária Estadual, de Porto Ubã, localizado no Município de Jardim Alegre-PR, para o entroncamento da PR-082 com a BR-466, localizado em Placa Luar, no mesmo município.

Com tal mudança será maior a influência do policiamento, no sentido de se evitar que no entroncamento citado, os excessos de velocidades e, muitas vezes, a im-

perícia e o descuido dos motoristas que causam graves acidentes, sejam minorados.

Julgando ser importante regularizar o tráfego no citado local, pedimos que este requerimento seja apoiado pelos nobres Pais desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a implantação da quinta à oitava séries do Primeiro Grau, na localidade de Rio do Tigre, no Município de Cândido de Abreu - PR.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Cândido de Abreu possui um número significativo de jovens, ainda residentes no meio rural, cuja manutenção dos mesmos, na comunidade em que vivem, passa a ser de capital importância, tanto do ponto de vista da formação de mão-de-obra rural, quanto da fixação do homem no campo.

Alguma medidas tomadas pelo Governo do Estado, tais como: a extensão dos serviços de energia elétrica, água tratada e mini postos de saúde, muito têm contribuído para evitar o agravamento do êxodo rural, contudo o setor da educação, importante segmento dentro deste contexto, ainda está por merecer medidas que possam vir sanar outras deficiências de atendimento do Estado, no campo social.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada correspondência endereçada ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido da liberação de recursos financeiros para auxiliar no pagamento o 13º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Boa Esperança.

São por demais conhecidas as reais dificuldades vivenciadas pela maior parte das administrações municipais, face a tão conhecida situação da falta de recursos, consequência da estrutura tributária vigente, que tem impossibilitado os Poderes Públicos a executarem suas metas de trabalho.

A excessiva concentração de recursos em poder da União, causa inúmeros prejuízos às prefeituras, ao ponto de as mesmas

sequer poderem manter, satisfatoriamente, os encargos que possuem, dentre eles a questão do funcionalismo.

Deste modo, o presente requerimento tem por finalidade solicitar desta Governadoria, auxílio para que o conjunto dos servidores de Boa Esperança recebam em dia o 13º salário, entre outras obrigações.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo auxílio de ordem financeira para o pagamento do 13º salário aos servidores da municipalidade de Sertãoópolis.

Segundo o Excelentíssimo Sr. José Aparecido Rafaeli, Prefeito Municipal, em que pese existir certa dotação orçamentária, visando cumprir as obrigações e encargos trabalhistas, o pagamento do 13º salário ao conjunto do servidor público acarretará, conseqüentemente, alguns transtornos para aquela Administração, tendo em vista que a insuficiência de recursos pode até mesmo comprometer o andamento de algumas metas de trabalho existentes que estão voltadas para os anseios do povo de Sertãoópolis.

Assim sendo, diante do exposto, é de vital importância que o Governo do Estado, dentro de suas condições, possibilite à Prefeitura de Sertãoópolis, o cumprimento dos compromissos previstos para com o servidor, e ao mesmo tempo, garantir a continuidade das atividades do Poder Público.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, visando a liberação de recursos orçamentários para o pagamento do 13º salário aos servidores da municipalidade de Peabiru.

Inegavelmente que os recursos das administrações públicas dos municípios, está longe de atender as reais necessidades que as mesmas têm no sentido do bem-estar de suas populações.

Em que pese a superação de inúmeras barreiras para tornar os mecanismos de

ação pública capazes de proporcionar a concretização de seus objetivos, a Prefeitura de Peabiru enfrenta, atualmente, certa dificuldade no tocante ao pagamento do 13º salário ao funcionalismo público, assim como outros encargos dele decorrentes, uma vez que sua dotação orçamentária está grandemente comprometida com uma série de obras ora em execução.

Conforme atesta o Excelentíssimo Sr. Nelson Proença, Chefe do Executivo Municipal, aguarda-se a colaboração financeira dessa Governadoria, aliás, indispensável.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente endereçado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, objetivando auxílio para o pagamento do 13º salário aos servidores da municipalidade de Iretama.

A presente reivindicação baseia-se em reivindicação postulada pelo Excelentíssimo Sr. Humberto Gomes Martins, que na qualidade de Chefe do Executivo, o mesmo afirma ser de vital importância a participação do Governo para o cumprimento dos compromissos para com seus funcionários, tendo em vista que a dotação orçamentária da Prefeitura não é toda suficiente para tal.

Neste sentido, aguarda-se por parte dessa Governadoria, a adoção de medidas que venham resultar no atendimento da presente proposta, dada a sua inquestionável importância.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inclusão na Ata da presente sessão, votos de congratulações dirigidos a Quinta do Sol, pela passagem o seu 22º aniversário de emancipação política e administrativa, com conseqüente encaminhamento aos Excelentíssimos Srs. Prefeito Municipal, Solange Marques, Presidente da Câmara Municipal de vereadores, Eduardo Viana Pereira, e aos Ilustríssimos Srs. Presidentes dos partidos políticos existentes na cidade.

Já na década de 50, registrava-se a presença de expressivo número de famílias onde atualmente localiza-se Quinta do Sol.

Eram desbravadores que se fixavam atraídos pela terra existente, cujo alto teor fértil de seu solo proporcionava o cultivo de diversas plantas, atividade que, ao longo de todos estes anos, tornou-se a base do desenvolvimento da região.

O rápido crescimento da localidade a impulsionava para um progresso ainda maior, notadamente nos idos de 60, época que foi marcante para Quinta do Sol, pois em 1963, era elevada à categoria de Município, exatamente no dia 29 de novembro, ocorrendo a instalação do imóvel municipal no ano seguinte, em 14 de dezembro, oportunidade em que tomou posse como primeiro Prefeito eleito, o Excelentíssimo Sr. Osvaldo Silva. Foram, sem dúvida alguma, momentos marcantes para a história de Quinta do Sol, cuja autonomia possibilitou que se firmasse ainda mais.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresento este requerimento de congratulações a Quinta do Sol, antes de tudo como forma de homenagear toda a população, reconhecendo sua destacada e exemplar vocação para o trabalho, característica que tem permitido que a cada momento aquele município galgue posições de destaque no cenário regional, o Centro-Oeste, também dando sua expressiva contribuição para o engrandecimento deste rico e imenso Estado.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no intuito de liberação de verbas para o pagamento do 13º salário aos servidores da municipalidade de Mariluz.

Em que pese o uso racional da máquina administrativa, através de mecanismos que a tornem eficiente e ágil, além de menos dispendiosa possível, a Prefeitura de Mariluz ainda utiliza grande parte do seu orçamento para o pagamento do funcionalismo, especialmente nesta época, face ao 13º salário, bem como outras obrigações.

Objetivando amenizar tal situação, é imprescindível que o Governo do Estado determine a liberação de recursos com o fim especial de ajudar a referida Administração Municipal de Mariluz a manter em dia suas obrigações para com o funcionalismo, conforme salienta o Excelentíssimo Sr. Prefeito, Joaquim Lopes Gutierrez.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido do apoio financeiro para o pagamento do 13º salário ao conjunto do servidor público da Municipalidade de Araruna.

A presente correspondência fundamenta-se na iniciativa do Excelentíssimo Sr. Osvaldo Valarini, Prefeito Municipal de Araruna.

Segundo suas informações, grande parte do orçamento da Administração é carreada para o pagamento dos salários ao conjunto do servidor, bem como para o custeio da máquina. Ademais, a situação é muito difícil no momento atual, uma vez que o final do ano implica no pagamento do 13º salário.

Pelas razões expostas, aguarda-se, por parte dessa governadoria, o pronto atendimento à presente questão, liberando recursos financeiros para tal.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para o pagamento do 13º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Campina da Lagoa.

Torna-se perfeitamente dispensável comentar com respeito à legislação ora em vigor no País, que, ao longo das últimas duas décadas, trouxe entre outras consequências a gravíssima situação da maior parte dos municípios brasileiros, sem recursos financeiros para executar simples metas administrativas voltadas para a concretização dos anseios de suas populações.

Mesmo considerando acentuada modificação deste quadro, em Campina da Lagoa, por vezes a dotação orçamentária impossibilita um ritmo de trabalho a nível da realização de obras bastante inferior do pretendido e do que se precisa.

A folha de pagamento neste período de fim de ano exigirá recursos de elevada monta, razão pela qual é imprescindível a participação financeira dessa Governadoria, garantindo ao mesmo tempo um desfogo daquela Administração, conforme prevê o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Dr. Joaquim Antônio de Lima.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício endereçado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo recursos para o pagamento do 13º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Janiópolis.

Tendo em vista o final de ano que se aproxima, tal período traz preocupações para o Poder Público Municipal de Janiópolis, no que diz respeito ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, notadamente a que se refere ao 13º salário, já que a Prefeitura não dispõe de recursos suficientes para tal.

Deste modo, o presente requerimento tem por finalidade especial, solicitar dessa Governadoria a destinação de recursos orçamentários que auxiliem a Prefeitura de Janiópolis a manter em dia seus compromissos sem precisar prejudicar o andamento de obras no município, conforme destaca o Excelentíssimo Sr. Neurides Valber Brero, Chefe do Executivo daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido da liberação de verbas para o pagamento do 13º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Mamborê.

Segundo o Excelentíssimo Sr. Ivo Brunetta, os esforços havidos para tornar os mecanismos do Poder Público ágeis, com menos gastos possíveis e com acesso cada vez mais facilitado ao conjunto da população, não têm sido suficientes para que problemas continuem a existir.

A razão apontada pelo Prefeito de Mamborê está relacionada diretamente à questão tributária. Os municípios brasileiros, dada a excessiva concentração de recursos em poder da União, têm recebido ínfimas parcelas que nem de longe são capazes de atender as metas prioritárias das administrações, visando o bem-estar social.

E é ao final do ano que a situação cria transtorno ainda maior, face a uma série de obrigações trabalhistas, especialmente o 13º salário, que as prefeituras têm que arcar.

Deste modo, torna-se imprescindível a

participação financeira do Governo Estadual, para que a Prefeitura de Mamborê tenha condições de traduzir em realidade as expectativas da laboriosa classe do servidor público daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente endereçado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido da liberação de recursos de ordem financeira para o pagamento do 13º salário dos servidores públicos da municipalidade de Juranda.

Mesmo diante do uso extremamente racional da máquina administrativa, principalmente através da contenção de despesas, os problemas continuam a existir, fruto da falta de uma política tributária capaz de destinar parcelas condizentes com as reais necessidades daquele município, a exemplo de, praticamente, todas as cidades do País.

O problema ganha proporções ainda maiores em razão do final de ano, em que o funcionalismo público jurandense terá que receber seu 13º salário, além de outras vantagens previstas por lei.

Mas, para tanto, é primordial a colaboração do Governo, liberando dinheiro para a referida finalidade, conforme deseja o Excelentíssimo Sr. Diemes Amadei, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente endereçado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo apoio para o pagamento do 13º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Nova Cantu.

A dotação orçamentária do Município de Nova Cantu se constitui de poucos recursos, sendo que grande parte dos mesmos, destina-se à folha de pagamento, restando pouco dinheiro para custear a realização de obras da Administração.

A situação torna-se ainda mais difícil neste final de ano, tendo em vista a necessidade do pagamento do 13º salário à classe funcional pública, o que motivou a apresentação deste requerimento, solicitando do Governo Estadual, auxílio financeiro para o Município, atendendo pedido do Excelentíssimo Sr. Walmick Pereira, Che-

fe do Executivo de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, auxílio financeiro do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, para o pagamento do 13º salário ao conjunto do servidor público da municipalidade de Engenheiro Beltrão.

O presente requerimento tem por finalidade especial solicitar do Governo do Estado a liberação de recursos visando auxiliar financeiramente a Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão.

O motivo maior se relaciona com a chegada do final de ano, tendo aquela Administração que cumprir com seus encargos trabalhistas para com seu quadro funcional, especialmente no que tange ao 13º salário.

Espera-se, portanto, que medidas sejam tomadas num menor prazo de tempo possível, garantindo tranquilidade tanto para a prefeitura quanto para o servidor público.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, objetivando a destinação de recursos financeiros para o pagamento do 13º salário ao conjunto do servidor público da municipalidade de Fênix.

Indiscutivelmente, todas as administrações públicas brasileiras gastam grande parte de sua dotação orçamentária com o setor de pessoal, seja para o custeio administrativo e burocrático, seja para o pagamento dos salários.

O Município de Fênix não está fora daquele contexto; pelo contrário. Enquadra-se entre aqueles que precisam de auxílio do Governo Estadual para poder cumprir suas obrigações trabalhistas, especialmente relativas ao 13º salário.

Desta maneira, é de vital importância a colaboração do Governo do Estado, através da destinação de recursos para o que alude o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de ofício endereçado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo apoio financeiro para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Goioerê.

O pagamento do 13.º salário ao conjunto do funcionalismo público municipal goioerense, representará um volume muito expressivo de recursos da Administração, cuja significativa parcela será altamente dispendiosa, comprometendo até mesmo o andamento de inúmeras obras na cidade e zona rural.

Para que tal situação prevista não ocorra pelo menos nestes parâmetros, aguarda-se, por parte dessa Governadoria, a ajuda que vem sendo esperada pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Goioerê, Vicente Massahiro Okamoto.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no intuito da liberação de verbas para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da municipalidade de Moreira Salles.

A folha de pagamento da Prefeitura de Moreira Salles representa, mensalmente, a aplicação de elevada importância de dinheiro, ocasionando o gasto de significativa parcela de sua dotação orçamentária. Tal situação aumenta sua gravidade neste período de fim de ano, havendo a necessidade do pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público, assim como de outras obrigações trabalhistas.

Neste sentido, que essa Governadoria, dentro de suas possibilidades, determine a liberação de recursos para a finalidade anteriormente referida, não comprometendo tanto a Administração de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente endereçado ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo verbas para auxiliar no pagamento do 13.º salário do servidor público da municipalidade de Quinta do Sol.

A presente solicitação está baseada em iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito

Municipal daquela progressista cidade. Os gastos com salários, bem como para manutenção da máquina administrativa significam montantes de recursos financeiros que até mesmo comprometem a dotação orçamentária existente, principalmente nesta época, por ocasião do pagamento do 13.º salário ao servidor público.

Acatando sugestão do Prefeito Solange Marques, que o Governo Estadual providencie, na medida do possível, a destinação de recursos que possam pelo menos diminuir os pesados encargos que terá a Prefeitura de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido de apoio a nível financeiro à Prefeitura da Municipalidade de Roncador, para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público.

É por demais conhecido que as administrações brasileiras dos municípios destinam grande parte de seu orçamento para pagar os encargos burocráticos e os salários ao funcionalismo.

Roncador não foge desta situação. Ao término do ano, a prefeitura terá que retirar de seus cofres públicos grande soma de recursos, o que poderá até mesmo comprometer o andamento e início de várias obras.

Faz-se necessário, num prazo de tempo menor possível, a tomada de providências visando ao menos, diminuir o ônus com o pagamento do 13.º salário ao conjunto dos funcionários daquela Administração.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de verbas objetivando auxiliar no pagamento do 13.º salário ao conjunto do servidor público da municipalidade de Ubitatã.

A Administração Pública Municipal de Ubitatã, neste final de ano, vê-se numa situação difícil; trata-se da questão salarial de seu quadro funcional, mais diretamente com respeito ao pagamento do 13.º salário, que implicará na aplicação de

grande soma de recursos, o que significa dizer que parcela significativa da dotação orçamentária será destinada para tal finalidade.

Assim sendo, é de capital importância a colaboração do Governo Estadual, no sentido de determinar recursos que venham a ajudar no cumprimento das referidas obrigações trabalhistas.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a pavimentação da Estrada Ivaí até Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu, parte integrante da Rodovia BR-487.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão se constitui numa importante via de escoamento da produção agrícola na região. Sua pavimentação torna-se imprescindível, pois, nos períodos chuvosos, o transporte rodoviário se torna muito dificultoso, e quando não, às vezes, até impossível, causando sérios transtornos aos seus usuários, além de graves prejuízos à economia do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando a implantação da quinta a oitava séries do Primeiro Grau, na localidade denominada Marumbi, no Município de Cândido de Abreu, neste Estado.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, pela sua importante atuação, desenvolveu ao longo do período, ações que proporcionaram melhorias das condições de vida dos habitantes de Cândido de Abreu, mormente no que tange à energia elétrica, mini postos de saúde, água tratada e outros benefícios.

Ao lado destes alcances sociais, há que se complementá-los, pois, com a implantação da quinta à oitava séries do Primeiro Grau, o setor da educação passa também a ser contemplado, trazendo novos

benefícios à comunidade local, contribuindo para a formação e o desenvolvimento cultural dos jovens ali residentes, evitando em contrapartida, a marginalização da juventude, e servindo de fator motivatório à fixação do jovem no meio rural.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado do Paraná, Dr. João Elízio Ferraz de Campos, solicitando providências no sentido de que seja denominada de "Rodovia Vereador Eduardo Walecki", o trecho compreendido entre as localidades de Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu - PR até Bela Vista, no Município de Manoel Ribas - PR.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Eduardo Walecki veio para Manoel Ribas em 1941, onde se estabeleceu com uma casa de comércio; foi um dos pioneiros no transporte de mercadorias para abastecimento da população local. Era Eduardo Walecki quem levava suínos e outros produtos agropecuários de Manoel Ribas, tanto para Ponta Grossa quanto para o Estado de São Paulo. Em seu retorno, trazia para o município os principais gêneros de necessidade não produzidos na região, bem como os produtos industrializados, tais como: ferramentas, maquinários e equipamentos, e utensílios diversos.

Foi um dos responsáveis pela eleição do primeiro Prefeito de Manoel Ribas. Na mesma época, foi eleito vereador, com expressiva votação.

Foi também um pioneiro e grande batalhador da abertura de estradas de rodagem para veículos automotores na região. Teve importante participação na conquista da estrada que hoje liga Manoel Ribas a Ponta Grossa, passando por Cândido de Abreu.

Eduardo Walecki faleceu, tragicamente, em 1964, em acidente de carro. Contudo, até hoje, o povo da região não o esqueceu, pois ele deixou gravado na memória da população local, as realizações que seu estilo pioneirista conquistou para Manoel Ribas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o soberano Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Heinz Georg Herwig, MD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que a

estrada que liga Campo Mourão a Barbosa Ferraz, passando pelo Barreiro das Frutas e Rio da Várzea, passe a ter conservação através da referida Secretaria de Estado, isto é, estadual.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os municípios pelos quais a referida estrada atravessa têm algumas dificuldades financeiras nos trabalhos de conservação da estrada. A proposta de que essa conservação passe para a esfera estadual, vem de encontro ao melhor aproveitamento e tráfego.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente à Secretaria de Transportes, solicitando que seja construída uma ponte de concreto sobre o Rio Pitangui com Barra do Rio Tibagi, onde há uma balsa, entre os Municípios de Tibagi e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, no intuito de solicitar apoio para a assistência social na municipalidade de Campina da Lagoa.

A iniciativa é do Ilustríssimo Sr. Marcos Romão Terra. Na qualidade de presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, este afirma ser de vital importância a colaboração dessa Pasta, no sentido da concretização de uma proposta que visa oferecer um trabalho mais à altura das reais necessidades do campo social naquele progressista município.

Trata-se da doação de uma vaca mecânica, equipamento que será utilizado para a confecção e distribuição de leite às camadas mais carentes de Campina da Lagoa.

Eis, pois, os motivos, que bem servem de argumentos suficientes para que essa Pasta, num menor prazo de tempo possível, determine a adoção de medidas que permitam tornar realidade este justo anseio da comunidade de Campina da Lagoa, aqui expressado pelo Diretório Municipal do PMDB.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, objetivando o apoio para a realização de reformas em escolas pertencentes à rede municipal de Araruna.

O setor educacional daquele progressista município está a exigir a melhoria das instalações, no que respeita aos estabelecimentos pertencentes à rede local de ensino. Mas, para tanto, tendo em vista a situação de dificuldade por que passa a Administração, é imprescindível a colaboração dessa Fundação e dessa Pasta, através da destinação de recursos financeiros para tal.

Neste sentido, por tratar-se de uma justa reivindicação, aliás, de iniciativa do Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Osvaldo Valarini, aguarda-se o respaldo necessário.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, visando a liberação de recursos financeiros para a pavimentação asfáltica na seqüência da Avenida Yolanda L. de Carvalho até o Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek de Oliveira, na Municipalidade de Ubatuba.

A presente solicitação é de iniciativa do Ilustríssimo Sr. Isildo Herrero Sola, na condição de Presidente da Associação de Moradores do referido núcleo residencial, e em nome dos demais integrantes daquela entidade, o asfaltamento de acesso ligando a Avenida Yolanda L. de Carvalho constitui da maior importância, visto que, nos dias de hoje, para se chegar ao núcleo de casas, principalmente nos dias chuvosos os transtornos são muitos.

Pelas razões que se apresentam, aguarda-se por parte dessa Pasta, a tomada de medidas que venham a resultar na concretização do que alude o presente requerimento.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja remetida correspondência dirigida ao Ilustríssimo Sr. Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado do Interior, no sentido da urgente melhoria e ampliação da rede de água existente na municipalidade de Campina da Lagoa.

No dia 05 de março do corrente ano, este Parlamentar apresentava a esta Casa requerimento em que informava a grave situação do sistema de abastecimento de água na municipalidade de Campina da Lagoa, cuja bacia de captação é insuficiente para atender toda a cidade, assim como o porte da própria rede, situações que ofereciam, como continuam a trazer, uma série de transtornos, notadamente com relação à falta de qualidade de água ou a ausência da mesma.

Decorrido todo este tempo, infelizmente, a situação não permanece como estava no início do ano, mas sim, pior a cada dia que passa, conforme informações do Excelentíssimo Sr. Dr. Joaquim Antônio de Lima, Prefeito Municipal, que adverte ainda ser inconcebível continuar existindo tão grave situação.

Fora de qualquer dúvida, trata-se de um problema que está a exigir a imediata adoção de medidas no sentido de dotar o setor de captação e distribuição de água condizente com o porte do Município de Campina da Lagoa, de acordo também com observação feita pelo Ilustríssimo Sr. Professor Adão Czuczman, antigo morador da cidade e integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Sua Excelência o Sr. Dr. Jorge Konder Bornhauser, DD. Ministro da Educação, solicitando a criação de uma Escola Agrícola a nível de Primeiro Grau, no Município de Altônia.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Altônia centraliza uma região de forte vocação agrícola, sendo sua estrutura rural composta de pequenas propriedades, detentora de um alto índice de produtividade em lavouras de grande significado para a

economia do Paraná e do Brasil, como o café, feijão, milho, entre outras.

A estrutura agrícola hoje existente em Altônia, os esforços de suas lideranças políticas e principalmente a dedicação e o amor do povo altoniense, pela terra, tem resistido a forte fluxo de evasão rural, que vem se apresentando no Brasil e que tem sido motivo de grande preocupação, pois, além de desestruturar a agricultura brasileira, vem a causar problemas sociais de dimensões alarmantes em virtude das grandes concentrações urbanas.

A criação de uma escola agrícola a nível de Primeiro Grau, no Município de Altônia, virá, sem sombra de dúvida, a ser um componente imprescindível para o aprimoramento das técnicas agrícolas, incentivo à manutenção do homem no campo, aumento da produtividade agrícola, no momento em que estes são componentes fundamentais para o desenvolvimento econômico do País e o ordenamento de sua estrutura social.

O SR. PRESIDENTE - (Ezequias Losso) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Depois de muita expectativa e de muito mistério, o funcionalismo público estadual viu chegar a esta Casa, para apreciação e votação a toque de caixa, a Mensagem Governamental, acompanhada de anteprojeto de lei que objetiva majorar os vencimentos dessa valorosa categoria de trabalhadores; do funcionalismo público do Paraná.

E foi com desencanto que os servidores receberam a proposta do governo, uma vez que, ao invés de proporcionar níveis justos e atualizados de vencimentos, conforme apregoa, o anteprojeto na verdade consagra a injustiça.

Com efeito, o aumento, como um todo, não satisfaz, pois sequer atender à necessidade de reposição salarial, defendida pelas entidades representativas da classe, reposição essa em torno de 42%.

Mas, é com os ocupantes de cargos em comissão, que a injustiça se torna mais gritante, pois a eles o Governo propõe um aumento insignificante e até revoltante, de apenas 16%, nivelando esses servidores a outros, regamente pagos e que, já no último mês de julho, obtiveram reajustes superiores a 100%. É o caso, por exemplo, dos membros da Magistratura, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Coordenadoria da Receita do Estado.

Os ocupantes de cargos em comissão, ao contrário, só tiveram aumento em janeiro, complementado em março pela correção de-

corrente do Plano Cruzado. Com isso, é fácil entender as dificuldades que tais servidores vêm enfrentando, face à elevação incontrolada do custo de vida, e sua decepção diante do reajuste ora proposto pelo Governo.

Essa decepção, Sr. Presidente, torna-se ainda maior, quando se sabe que esses funcionários não dispõem de nenhuma garantia. Além do mais, por serem de confiança, são quase sempre ocupantes de cargos de chefia, direção ou assessoramento, o que exige credenciais que os tornem aptos ao desempenho de tais funções.

Aliás, exatamente por isso, já há tempos a Secretaria da Administração vinha realizando estudos para melhorar o nível de remuneração desses servidores. Ao invés disso, porém, o que se vê, agora, é esse tratamento injusto e injustificado, a título exatamente de se fazer justiça, "escalonando" o reajuste a partir de janeiro vindouro.

Quero, aqui, pois, deixar registrada minha estranheza e o meu protesto diante dessa situação de injustiça que, na verdade, atinge algumas outras categorias, como a dos funcionários da Procuradoria Geral do Estado, também castigados com o irrisório aumento de 16%.

Mais que isso, deixo também um apelo, no sentido de que o Governo procure corrigir esse injusto nivelamento, para fazer justiça a servidores que, por exercerem cargos de confiança na administração, não podem ser penalizados ou marginalizados no processo do aumento de seus vencimentos".

Muito obrigado. - (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Logo após o lançamento do Cruzado I, no dia 28 de fevereiro de 1986, os banqueiros foram os primeiros a desrespeitarem o descongelamento, quando descongelaram tarifas.

E, através de uma pressão sobre o Banco Central, mudaram o horário de atendimento ao público, passando das 11:30 às 16:30 horas.

A partir daí, perdeu o público, porque teve à sua frente o horário de atendimento reduzido. Perderam os bancários, porque só no Paraná mais de 16 mil foram demitidos, para atender a volúpia e a ganância dos banqueiros.

A partir daí, diversas Câmaras Municipais de capitais deste Brasil, votaram leis estabelecendo horário de atendimento dos bancos, a partir das 10:30 horas. E aqui no Paraná foi votado, na Câmara Muni-

cipal, e o Prefeito Roberto Requião sancionou a presente lei.

A revelia da lei, no entanto, os banqueiros se negam a cumprir a autodeterminação do Município. Na greve dos bancários, o Ministro da Justiça, pachorrento como é, foi à televisão estabelecer que era necessário o cumprimento da lei, e para isto colocou a polícia na rua. A hora em que o Banco não cumpre o horário, ninguém fala sobre esse assunto, sobre esse aspecto, principalmente a questão de horário do atendimento bancário.

Agora, dentre todos estes problemas, cabe aqui o meu voto de repúdio à diretoria do BANESTADO, o Banco dos paranaenses, o Banco que está atrelado aos interesses de bancos particulares, atrelado aos interesses do BAMERINDUS, do BRADESCO, do ITAÚ, do NACIONAL, e não atrelado aos interesses do povo, mas sim, aos interesses do Estado. Compete ao Banco do Estado do Paraná não discutir a lei municipal, e dar exemplo, a exemplo de outros bancos, e abrir às 10:30 horas. E por duas razões fundamentais: a primeira delas, porque o Banco do Estado, após o Plano Cruzado, não demitiu funcionários; não demitindo ele tem funcionários suficientes para atender o público no horário estabelecido.

Além disso, compete ao Banco do Estado - e isto é uma regra mínima de mercado - à medida que abra às 10:30 horas, que dê mais conforto ao seu público: terá mais conta, terá mais giro de dinheiro e com isso crescerá muito mais. Estão travando o crescimento do Banco do Estado do Paraná à revelia de um projeto de lei da Câmara Municipal, sancionado pelo Prefeito Roberto Requião.

Portanto, fica aqui, não o meu apelo, mas a exigência como cidadão, como Deputado, e tendo conta no Banco do Estado, e que desejo maior conforto também, no sentido de que o Banco cumpra a lei imediatamente, e deixe de ser massa de manobra de interesses escusos de banqueiros particulares. É competência do BANESTADO cuidar do nosso patrimônio, do Estado e da nossa gente.

Portanto, fica aqui a exigência de que a Diretoria do BANESTADO tenha escrúpulo e deixe de fazer esse jogo escuso, passando a cumprir a Lei Municipal, de atender aos interesses do Estado do Paraná.

Era isso.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, ocupamos a tribuna no dia de hoje, para, como Deputado da Região Central do Paraná - Vale do Ivaí -, cumprimentar o Prefeito Municipal de Jardim Alegre, Alzemiro Francisco Reck, e, ao cumprimentá-lo, o faço a todos os Prefeitos da Microrregião que integram a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí - AMUVI, pela eleição ocorrida no último sábado, dia 13, na sede daquela entidade, AMUVI, quando Alzemiro Francisco Reck, Prefeito já pela segunda vez do Município de Jardim Alegre, elegeu-se pela vontade dos seus companheiros Prefeitos, Presidente daquela entidade. E, junto a ele, o Prefeito de Rio Bom, Mauro Pinto de Andrade, na Vice-Presidência e na segunda Vice-Presidência, Ubirajara, de Marumbi.

Aos Prefeitos do Vale do Ivaí, hoje, na pessoa do nosso Prefeito de Jardim Alegre, Alzemiro Francisco Reck, nós o saudamos e estamos aqui, torcendo para que, no decorrer desses dois anos de mandato à frente da AMUVI, possa o Prefeito Alzemiro Francisco Reck, a exemplo de Perceu Pugliesi, de Florindo Piccoli, conduzir com galhardia, com sabedoria, com inteligência, com dedicação e com muito dinamismo, aquela Associação de Municípios, visto que a AMUVI vem se caracterizando e se destacando como uma das mais dinâmicas e atuantes associações regionais de municípios do Estado do Paraná.

Fica, portanto, feito esse registro de congratulações, de saudação e voto de otimismo, para que o Vale do Ivaí continue prosperando e que nas pessoas dos seus Prefeitos, dos seus Vereadores e das lideranças Partidárias, bem como dos Deputados que o representa pelos votos que lá receberam, possamos nós, todos juntos, fazermos o progresso e o sucesso e atendendo as reivindicações do povo daquela região.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um outro assunto que nos chamou a atenção, ontem, quando liamos os jornais, principalmente a parte rural da "Gazeta do Povo", foi uma matéria colocada com muita sabedoria, com muita capacidade; falava a respeito das conclusões a que se chegou Comissão de Deputados e Senadores que há dois anos e meio, por sugestão do Senador Nelson Carneiro, criou uma Comissão que buscou analisar o problema da fabricação, da distribuição, da comercialização e do uso dos pesticidas, dos biocidas, dos agrotóxicos em nosso País.

Chegou aquela Comissão a diversas conclusões. Conclusões de que o País, hoje é o quinto em consumo destes produtos, destes venenos rurais. Chegou-se também à conclusão de que em muitos segmentos, eles vêm sendo utilizados de forma desordenada, de forma irregular. Chegou-se ainda, à conclusão de que há necessidade de que os

Estados, e talvez até os próprios municípios, possam legislar, fazendo uma complementação legislativa; possam os Estados e talvez até os próprios municípios, possam legislar fazendo uma complementação legislativa; possam os Estados e Municípios assim proceder, para disciplinar e melhor conduzir a prática da comercialização, da distribuição e do uso até destes agrotóxicos e destes biocidas.

A notícia nos chamou bastante a atenção, porque há mais de dois meses, nós, ao lado dos Deputados Rubens Bueno, Sabino Campos e Paulo Furiatti, fizemos dar entrada nesta Assembléia, de um projeto de lei que normatizava, que regulamentava, que disciplinava o comércio, o uso dos agrotóxicos em nosso Estado.

Este nosso projeto de lei foi aprovado por esta Assembléia Legislativa, pela unanimidade dos Parlamentares que aqui têm assento. Depois, é claro, de algumas discussões, de algumas emendas, foi este projeto de lei transformado em lei pelo Sr. Governador. E hoje, depois de dois anos e meio, praticamente, lá, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, eles chegam à conclusão de que é preciso fazer leis complementares para se disciplinar e normatizar o uso e a comercialização dos agrotóxicos.

Há mais de dois anos, até o Paraná já saiu na frente, através deste poder, disciplinando o uso destes agrotóxicos no meio rural, mas, infelizmente, as leis ainda existentes hoje, a nível federal, que têm como origem o ano de 1934, não permitiram e não deram condições totais para que lei estadual fosse levada a bom termo, que a lei estadual pudesse ser cumprida integralmente pelos órgãos estaduais, como a Secretaria da Agricultura, a Secretaria da Saúde e a Secretaria do Interior.

Portanto, há necessidade de que todos nós, realmente, venhamos a nos empenhar de corpo e alma, para que esta nossa lei estadual, que está precária - eu diria - a nível de implantação em nosso Estado, por mandados de segurança, por processos, por entendimentos outros, venha realmente a ser colocada em prática para a segurança não só nossa, não só dos consumidores, não só dos agricultores, mas até para dar cumprimento e seqüência à uma conclusão que se chegou a Comissão de Senadores e Deputados Federais, de que há necessidade de Estados e municípios legislarem de forma complementar, na questão do uso e comercialização de agrotóxicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um outro assunto que nos chegou ao conhecimento, no dia de ontem, realmente nos causou um espanto muito grande, um temor, e eu diria até revolta, porque é inadmis-

sível que, num momento como este, quando a agricultura esperneia, grita, fala, reúne-se com o Ministro, pede demissão de ministro e chega ao nosso conhecimento que, mais uma vez, no nosso entendimento, o Governo Federal desespeita e até trai os agricultores deste País.

Porque vejam bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos entrando daqui há alguns dias, na safra e colheita do milho. E o que é que está para acontecer nos próximos dias, neste País? Uma importação de 125 mil toneladas de milho, que virão abarrotar os mercados de consumo deste País, fazendo com que o nosso agricultor sofrido, o nosso agricultor que, de sol a sol, enfrenta o cabo da enxada, o arado, e que vai para a roça suar, trabalhar e produzir, chegue numa hora dessa e não mais encontre preço adequado para o seu produto.

E todos nós sabemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, principalmente aqueles que tiveram vivência e que ainda têm, no meio rural, que a cultura do milho é mantida, é explorada basicamente pelos pequenos e médios produtores rurais e hoje, Sr. Presidente, dadas as inseguranças que já existem no meio rural, a cultura de milho se transformou pela sua insegurança, pelo seu baixo risco, pelo seu baixo custo de produção, numa das poucas coisas viáveis do meio rural. Não que seja rentável, não que dê muito lucro, mas tem-se menos risco, tem-se menos prejuízo.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Logo a seguir, Deputado Dirceu Manfrinato.

O que é que a gente assiste e vê num momento deste? Quando o agricultor, o pequeno produtor rural tem a possibilidade de ganhar uns Cz\$ 10,00, Cz\$ 12,00, Cz\$ 15,00 por uma saca de milho, vem o Governo Federal - isto são informações ainda extra-oficiais, Sr. Presidente - vem o Governo Federal e importa 125 mil toneladas de milho que deverá estar chegando em nossos portos, nos próximos dias, nos próximos meses.

Mais ainda, Sr. Presidente, temos também informações extra-oficiais de que nos próximos dias estará chegando da Argentina, importado pelo nosso País, feijão a Cz\$ 292,00 a saca.

Está certo que é mais barato do que os Cz\$ 320,00 que se paga pelo feijão nosso de cada dia, que é produzido pela nossa gente; riqueza por nós gerada e num momento como esse que se fala em manter as nossas divisas, em manter, sem pagar a nossa dívida externa, nós estamos indo lá buscar feijão, buscar milho: buscar feijão

agora que o Paraná, em sua quase totalidade, teve uma boa safra, uma boa produção.

O nosso Vale do Ivaí foi uma das regiões que mais produziu e também os agricultores daquela região estão aguardando um preço mais remunerativo, mais justo para o seu produto que lhe custou para ser produzido: o agricultor esperava receber um pouco mais do que os Cz\$ 320,00.

O mercado está oferecendo mais de Cz\$ 400,00, mas vem de novo o Governo, na sua contenção, no seu congelamento, congelamento dos produtos primários e dos salários deste país, vem desestimular o agricultor, não só da região que nós representamos nesta Assembléia, o Vale do Ivaí, mas do Paraná inteiro e deste País, importando milho e feijão, e temos notícia também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que haverá importação de arroz.

Todos nós sabemos e informações nos chegam de que no Brasil central, safras de dois anos de arroz, continuam a apodrecer debaixo de "encerados", haja vista que nem silos temos para armazenar as produções que lâsão obtidas.

Portanto, fica este registro, e antes de concluir, eu passo a palavra ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, para o aparte que pediu.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado Orlando Pessuti.

Vossa Excelência levanta, neste momento, na Assembléia Legislativa do Paraná, um assunto de grande importância.

Nós, que somos oriundos da Região Norte do Paraná e conhecemos de perto também as dificuldades que atravessam os agricultores, não só da nossa região, mas do Paraná e do Brasil inteiro.

Nós que sempre criticamos a política agrícola implantada pela Velha República, de tanto sofrimento e de tantas injustiças cometidas com o trabalhador do nosso País, e, lamentavelmente, deputado Orlando Pessuti, caminha-se hoje para uma política agrícola, desestimulando a agricultura deste país.

Fala-se tanto em terra, que o homem precisa de terra, precisa-se levar o homem à terra, mas, nada adianta oferecer a terra se não oferecermos condições ao trabalhador rural.

Nós temos observado os armazéns do IBC que se encontram no Paraná, no Brasil; armazéns esses em que estão vários funcionários percebendo salários e sem produzir nada. Quando o Governo Federal teria que oferecer os armazéns do IBC e colocá-los à disposição dos agricultores. Quando Vossa Excelência levanta a questão do arroz que se perde no campo, porque não se tem onde armazenar. Mas, estão os grandes armazéns do IBC ociosos, inclusive acarretando des-

pesa à República Federativa e os lavradores estão esquecidos.

Lamento, Deputado Orlando Pessuti, que o nosso Governo não olhe pelos trabalhadores; casos que tenho conhecimento na minha região, que poderão até ser protestados por terem já comprado produtos de insumos e até agora os recursos não foram liberados. Nós temos que exportar mais e importar menos.

Acho que esse País para sair da situação em que vivemos, todos nós, brasileiros, só sairemos através de darmos força e sustentação ao trabalhador rural, porque na verdade, eles são o sustentáculo deste Estado e deste País.

Quero registrar com Vossa Excelência, nesta data, de que também estou triste e lamentando a situação que a agricultura do nosso Paraná vive; e haveremos de, juntos, de mãos dadas, continuar gritando em defesa desses homens que estão esquecidos e abandonados por uma política agrícola do nosso país.

Muito obrigado, pelo aparte.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e realmente suas colocações vêm muito contribuir em nosso pronunciamento.

Quando se fala em IBC, se fala com tristeza. Porque, no passado, todos nós, a maioria de nós, ainda jovens, nos lembramos dos armazéns do IBC abarrotados de café que se produzia neste Estado.

Infelizmente, no nosso entendimento, não foi só a geada que espantou do Paraná os produtores de café; não foi só a geada que fez com que o Paraná, os brasileiros deixassem de, neste Estado, cultivar o café. Foi a política agrícola que se adotou neste País, porque, todos nós somos testemunhas de que, em determinado momento, até se financiou, até se pagou para arrancar o café; em determinado momento os nossos agricultores deixaram do café para ir ao trigo, mas, principalmente, para a soja, que naquele momento se apresentava como fornecedora de divisas muito mais importantes do que o café, que também era uma grande fonte de riquezas para este País.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero concluir, afirmando mais uma vez que pairam nos ares deste Brasil, as notícias e informações de que nos próximos dias, aqui estarão chegando, importados, cerca de 125 mil toneladas de milho; estará vindo para o Brasil feijão e arroz.

Estamos assistindo, há muitos anos, os discursos de que a agricultura é uma prioridade; mais uma vez nos decepciona, mais uma vez nos entristece. Porque, enquanto se fala em prioridade na agricultura, enquanto se fala em produção, o maior dos produtos básicos para alimentação do nosso

povo; enquanto se fala na expansão da fronteira agrícola; enquanto se fala em tantas coisas que realmente poderiam levar a uma priorização da agricultura neste país, nós continuamos assistindo, como bem disse o Deputado Dirceu Manfrinato, os agricultores sendo protestados, perdendo suas terras, e o Deputado Artagão Mattos Leão bem sabe disso, porque no Município que ele representa, no Vale do Ivaí, São João do Ivaí, muitos agricultores, não fosse a atuação do Governo José Richa e do Governador João Elísio, muitos agricultores teriam perdido suas propriedades. É lógico, é claro, é de se entender que no meio de tanta gente em dificuldade, indo para o protesto e para o cartório, pode ter, pode aparecer algum espertalhão que queira se beneficiar de uma situação, mas a maioria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, agricultores de pequenas áreas e recursos, que hoje estão salvos graças à ação do nosso Governo, aqui no Paraná, porque o Governo Federal em momento algum mudou as regras do jogo...

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nós escutamos, ilustre Deputado Orlando Pessuti, com muita atenção o seu pronunciamento; um pronunciamento feito por pessoa que conhece a fundo os reais problemas da agricultura.

Um deputado que vem lutando com denodo em prol do agricultor do nosso Estado e principalmente do agricultor do Vale do Ivaí, região a qual Vossa Excelência representa muito bem na Assembléia Legislativa.

Concordamos, Sr. Deputado, com as afirmações de Vossa Excelência, e sabemos que o Governo do Estado do Paraná tentou fazer alguma coisa pelo agricultor do Vale do Ivaí; lutamos junto ao Governo Federal e não obtivemos, infelizmente, a resposta.

O Governo Estadual minimizou o problema, mas não o resolveu, e nessa luta, Sr. Deputado, creio que haveremos de continuar, porque temos ainda que concluir esta nossa empreitada.

Sabemos também, Sr. Deputado, que no plano de governo de Álvaro Dias, já consta um trabalho com relação ao problema da armazenagem no Estado do Paraná.

Irão o futuro Governador tentar transformar os armazéns do IBC em graneleiros, para que possam então receber a produção de grãos do Estado do Paraná, que corresponde mais ou menos à capacidade de armazenagem que temos, segundo palavras do Dr. Osmar Dias, proferidas hoje ainda, no "Bom Dia, Paraná".

Se conseguirem adaptar esses armazéns já existentes, estaremos então resolvendo

esse problema que aflige e nos entristece, porque não temos, realmente, condições de armazenar o nosso produto.

Mas eu gostaria, concluindo, prezado Deputado, de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, e dizer que continuo admirando a sua pessoa, porque Vossa Excelência realmente tem profundo conhecimento do setor agrícola do nosso Estado.

Meus parabéns, portanto, a Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nossos agradecimentos ao Deputado Artagão Mattos Leão.

Realmente, Sr. Presidente, muito há que se fazer ainda, não só neste Estado e não só neste País, em favor da agricultura e da pecuária.

Quando a gente fala em agricultura, lógico que estamos incluindo nela a pecuária, e hoje, embora se tente fazer da pecuária o "bode expiatório" de todo esse problema de abastecimento de carne, na realidade não são os pecuaristas, os responsáveis por isto, porque eu, como médico veterinário, como inspecionista da ACARPA, sei e tenho conhecimento de que já faz alguns anos que não se tem nenhum programa voltado em favor da pecuária deste Estado, deste País.

Em momento algum se estimulou a produção e a produtividade do nosso rebanho, neste País. Longe vão os tempos em que existiam os PROPEXs, CONDES PDPLs que estimulavam e que davam segurança aos pecuaristas deste país, longe também estão os momentos em que os nossos agricultores recebiam recursos favorecidos para investir em suas propriedades e, em investindo, terem condições de mais produzir e mais render em termos de alimentos para esse nosso País. Quiçá, esperamos, com grande certeza, que realmente venha a dar certo o programa de irrigação que pretende o Governo do PMDB de Álvaro Dias, implantar no Estado do Paraná.

A irrigação, no nosso entendimento, que já foi por nós defendida em muitas reuniões microrregionais, poderá vir a ser, sem sombra e dúvida, um dos fatores de aumento e de estímulo para a produção no meio rural.

Agradeço a Vossa Excelência, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pela atenção que nos dispensaram, mas, encareço e peço a todos vocês que se mantenham atentos e alertas, para impedirmos que outras coisas, que outras medidas venham a ser tomadas e que outras medidas prejudiciais possam ser colocadas diante do produtor rural, sem que ele esteja preparado para se defender, sem que ele esteja preparado para prosseguir adiante.

Meus agradecimentos e muito obrigado.

- (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) No Horário das Lideranças, concedo a palavra à Liderança do PMDB. - (Declina)

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PCB. - (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL. - (Declina).

Finalmente, havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 276/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 154/86), que altera os dispositivos da Lei n. 7297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o cancelamento do Regime de Urgência. Em votação. - Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Tem a palavra o Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Oferece o Deputado Acyr Mezzadri, oportunidade ao Plenário, para que possamos reparar um erro processual.

Não resta dúvida, Srs. Deputados e Sr. Presidente, de que o projeto, oriundo da Mensagem Governamental n. 154/86, que altera dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias, não poderia, sob pena de confrontos com dispositivos constitucionais e regimentais, tramitar nesta Casa, em Regime de Urgência.

A Constituição Federal, no seu artigo

51, § 6.º, veda inclusive ao Sr. Presidente da República, solicitar urgência em matéria dessa natureza, em matérias que tratem de dúvidas, porque são matérias que demandam profundo estudo, repete a mesma proibição ao Governador do Estado, a Constituição do Estado. E mesmo o Regimento Interno desta Casa veda projetos desta natureza, tramitarem em Regime de Urgência. O que, se mantido por esta Casa, criaria, sem dúvida alguma, um vício de inconstitucionalidade, no tocante à forma do processo legislativo.

Quero apelar aos Srs. Deputados, para o seu apoio ao requerimento de autoria do Deputado Acyr Mezzadri, que requer a quebra de urgência desta matéria, para que a Assembleia possa, com tranquilidade, sem a imposição de urgência, estudar profundamente a mesma.

Uma vez aprovado este requerimento, Srs. Deputados, ele irá à Primeira Discussão sem o Regime de Urgência, o que poderá propiciar a volta às Comissões para um estudo mais aprofundado. E é isto o que pretendemos, já que em Primeira Discussão, sem o Regime de Urgência, nós poderemos votar esta matéria no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Por isso, Sr. Presidente, ao encaminhar este requerimento, no encaminhamento de votação desta matéria, que deixe bem claro que será apreciado em fase de Primeira Discussão sem a característica da urgência requerida em 24 de novembro.

Só assim, então, poderemos sanar este vício inicial, e discutirmos esta matéria mais aprofundadamente, como ela merece.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o requerimento do Deputado Acyr Mezzadri. - **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n. 276/86, sem Regime de Urgência. Após a 1ª Discussão, a Presidência determina que volte às Comissões competentes. Em votação o Projeto. - **Aprovado.**

O SR. TRAJANO BASTOS - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

Ontem, a Assembleia votou um requerimento da Comissão Geral, e não seria o caso desta matéria, porque ele já tem o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça. O retorno seria à Comissão de Finanças e Recursos Humanos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Perfeitamente.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 233/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 136/86), que estabelece prazo unificado para prestação de contas de entidades públicas estaduais ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. - (Public. no D.A. n. 108, de 01.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 233/86

PARECER:

O presente Plano de Lei, Mensagem Governamental n. 136/86, de autoria do Poder Executivo, determina que os administradores das Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Autarquias, Fundações, Fundos e de Órgãos de Regime Especial do Estado, prestarão contas, anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A mensagem justifica a medida, afirmando que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado, por proposição sua, pretende estabelecer prazo unificado, para prestação de contas de entidades públicas estaduais.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada há que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é pela aprovação do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente
BÁSILIO ZANUSSO - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 289/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem Governamental n. 165/86), que objetiva fixar para o exercício de 1987, base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), prevista no Art. 3º, da Lei n. 8216, de 31/12/85. Visa, ainda, acrescentar incisos que especifica ao Art. 14, da referida Lei n. 8216/85. SEM PARECERES. (Public. no D.A. n. 151, de 15.12.86, Mensagem).

- Em face da aprovação do requerimento do Deputado Nestor Baptista, está no plenário o Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N. 289/86

PARECER:

Originado da Mensagem n. 165/86, o Projeto de Lei em pauta objetiva fixar para o exercício de 1987, a base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos

IPVA E INCISSE IM 10%

TABELA DE VALORES PARA O CÁLCULO DO IPVA - VEÍCULOS NACIONAIS

FAIXA DO IPVA	ANO DE FABRICAÇÃO DO VEÍCULO											
	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
A-1	4.044,00	4.300,00	4.567,00	4.834,00	5.101,00	5.368,00	5.635,00	5.902,00	6.169,00	6.436,00	6.703,00	6.970,00
A-2	15.144,00	16.000,00	16.856,00	17.712,00	18.568,00	19.424,00	20.280,00	21.136,00	21.992,00	22.848,00	23.704,00	24.560,00
A-3	20.524,00	21.500,00	22.476,00	23.452,00	24.428,00	25.404,00	26.380,00	27.356,00	28.332,00	29.308,00	30.284,00	31.260,00
B-1	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
B-2	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
B-3	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
B-4	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
B-5	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
C-1	59.916,00	63.408,00	66.900,00	70.392,00	73.884,00	77.376,00	80.868,00	84.360,00	87.852,00	91.344,00	94.836,00	98.328,00
C-2	70.117,00	74.064,00	78.011,00	81.958,00	85.905,00	89.852,00	93.799,00	97.746,00	101.693,00	105.640,00	109.587,00	113.534,00
D-1	177.459,00	186.000,00	194.541,00	203.082,00	211.623,00	220.164,00	228.705,00	237.246,00	245.787,00	254.328,00	262.869,00	271.410,00
D-2	222.716,00	232.800,00	242.884,00	252.968,00	263.052,00	273.136,00	283.220,00	293.304,00	303.388,00	313.472,00	323.556,00	333.640,00
E-1	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
E-2	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
E-3	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
E-4	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
E-5	94.304,00	99.872,00	105.440,00	111.008,00	116.576,00	122.144,00	127.712,00	133.280,00	138.848,00	144.416,00	150.000,00	155.584,00
F-1	45.637,00	48.168,00	50.699,00	53.230,00	55.761,00	58.292,00	60.823,00	63.354,00	65.885,00	68.416,00	70.947,00	73.478,00
F-2	54.403,00	57.456,00	60.509,00	63.562,00	66.615,00	69.668,00	72.721,00	75.774,00	78.827,00	81.880,00	84.933,00	87.986,00
F-3	79.896,00	83.904,00	87.912,00	91.920,00	95.928,00	99.936,00	103.944,00	107.952,00	111.960,00	115.968,00	119.976,00	123.984,00
F-4	104.372,00	109.440,00	114.508,00	119.576,00	124.644,00	129.712,00	134.780,00	139.848,00	144.916,00	149.984,00	155.052,00	160.120,00
F-5	139.868,00	145.920,00	151.972,00	158.024,00	164.076,00	170.128,00	176.180,00	182.232,00	188.284,00	194.336,00	200.388,00	206.440,00
FAIXA DO IPVA	ANO DE FABRICAÇÃO DO VEÍCULO											
	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972				
A-1	1.537,00	1.200,00	1.000,00	800,00	600,00	400,00	200,00	100,00				
A-2	6.250,00	4.622,00	3.775,00	2.928,00	2.081,00	1.234,00	487,00	240,00				
A-3	8.562,00	6.250,00	5.000,00	3.750,00	2.500,00	1.250,00	625,00	312,50				
B-1	15.042,00	11.267,00	9.014,00	6.761,00	4.508,00	2.255,00	1.127,50	563,75				
B-2	15.042,00	11.267,00	9.014,00	6.761,00	4.508,00	2.255,00	1.127,50	563,75				
B-3	15.042,00	11.267,00	9.014,00	6.761,00	4.508,00	2.255,00	1.127,50	563,75				
B-4	15.042,00	11.267,00	9.014,00	6.761,00	4.508,00	2.255,00	1.127,50	563,75				
B-5	15.042,00	11.267,00	9.014,00	6.761,00	4.508,00	2.255,00	1.127,50	563,75				
C-1	19.800,00	14.326,00	11.072,00	8.354,00	5.636,00	2.918,00	1.459,00	729,50				
C-2	19.800,00	14.326,00	11.072,00	8.354,00	5.636,00	2.918,00	1.459,00	729,50				
C-3	19.800,00	14.326,00	11.072,00	8.354,00	5.636,00	2.918,00	1.459,00	729,50				
D-1	58.762,00	46.887,00	37.512,00	29.617,00	22.722,00	15.827,00	9.932,00	6.047,00				
D-2	81.682,00	64.547,00	51.637,00	40.512,00	31.402,00	22.292,00	15.182,00	9.072,00				
D-3	81.682,00	64.547,00	51.637,00	40.512,00	31.402,00	22.292,00	15.182,00	9.072,00				
E-1	11.762,00	8.950,00	7.080,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00	1.124,00				
E-2	11.762,00	8.950,00	7.080,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00	1.124,00				
E-3	11.762,00	8.950,00	7.080,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00	1.124,00				
E-4	11.762,00	8.950,00	7.080,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00	1.124,00				
E-5	11.762,00	8.950,00	7.080,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00	1.124,00				
F-1	16.042,00	11.926,00	9.340,00	7.254,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00				
F-2	16.042,00	11.926,00	9.340,00	7.254,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00				
F-3	16.042,00	11.926,00	9.340,00	7.254,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00				
F-4	16.042,00	11.926,00	9.340,00	7.254,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00				
F-5	16.042,00	11.926,00	9.340,00	7.254,00	5.624,00	4.499,00	3.374,00	2.249,00				

IMP 10% DO VALOR

IPVA/JERENCIAMENTO DE 1987

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA O CALCULO DO IPVA - VEICULOS ESTRANGEIROS

FAIXA DO IPVA	ANO DE FABRICACAO DO VEICULO											
	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
F-1	91.137.00	94.200.00	97.225.00	100.212.00	103.158.00	106.053.00	108.898.00	111.693.00	114.438.00	117.133.00	119.778.00	122.473.00
F-2	203.733.00	196.200.00	178.237.00	128.352.00	123.217.00	118.082.00	112.947.00	107.812.00	102.677.00	97.542.00	92.407.00	87.272.00
F-3	263.161.00	254.700.00	231.650.00	203.617.00	186.584.00	169.551.00	152.518.00	135.485.00	118.452.00	101.419.00	84.386.00	67.353.00
F-4	684.642.00	660.450.00	605.867.00	436.237.00	381.675.00	327.113.00	272.551.00	217.989.00	163.427.00	108.865.00	54.303.00	0.000.00
G-1	95.207.00	92.197.00	83.817.00	63.348.00	50.290.00	41.908.00	33.526.00	25.144.00	16.762.00	8.380.00	0.000.00	0.000.00
G-2	121.745.00	117.822.00	107.111.00	77.119.00	64.266.00	53.553.00	42.840.00	32.127.00	21.414.00	10.701.00	0.000.00	0.000.00
G-3	316.846.00	306.635.00	279.322.00	201.112.00	167.592.00	134.072.00	100.552.00	67.032.00	33.512.00	0.000.00	0.000.00	0.000.00
G-4	399.515.00	386.640.00	351.433.00	283.132.00	210.893.00	138.654.00	66.415.00	0.000.00	0.000.00	0.000.00	0.000.00	0.000.00
G-5	570.316.00	551.937.00	501.740.00	361.126.00	301.055.00	230.880.00	160.705.00	90.530.00	20.355.00	0.000.00	0.000.00	0.000.00
M-1	64.410.00	61.690.00	74.251.00	53.461.00	46.778.00	39.882.00	32.986.00	26.090.00	19.194.00	12.290.00	5.386.00	0.000.00
M-2	166.774.00	161.490.00	146.718.00	105.637.00	92.433.00	77.026.00	61.619.00	46.212.00	30.805.00	15.398.00	0.000.00	0.000.00
M-3	335.564.00	324.750.00	295.218.00	212.537.00	185.988.00	154.988.00	123.988.00	92.988.00	61.988.00	30.988.00	0.000.00	0.000.00
J-1	196.897.00	190.530.00	173.225.00	124.782.00	109.130.00	94.806.00	72.896.00	50.986.00	29.076.00	7.166.00	0.000.00	0.000.00
J-2	139.843.00	135.337.00	123.033.00	88.580.00	77.512.00	67.407.00	51.926.00	36.445.00	20.964.00	5.483.00	0.000.00	0.000.00
J-3	315.538.00	305.370.00	277.621.00	193.887.00	174.903.00	152.101.00	116.727.00	81.353.00	45.979.00	20.605.00	0.000.00	0.000.00
J-4	479.120.00	463.680.00	421.518.00	303.491.00	265.556.00	230.930.00	177.236.00	123.542.00	69.848.00	36.154.00	0.000.00	0.000.00

FAIXA DO IPVA	ANO DE FABRICACAO DO VEICULO											
	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
F-1	6.443.00	7.320.00	6.596.00	5.936.00	5.342.00	4.808.00	4.327.00	3.895.00	3.503.00	3.155.00	2.840.00	2.555.00
F-2	17.468.00	15.721.00	14.148.00	12.733.00	11.461.00	10.313.00	9.283.00	8.355.00	7.520.00	6.767.00	6.091.00	5.481.00
F-3	22.980.00	20.661.00	19.752.00	18.613.00	15.076.00	13.568.00	12.212.00	10.991.00	9.891.00	8.902.00	8.012.00	7.211.00
F-4	59.196.00	53.276.00	47.948.00	43.153.00	38.838.00	34.955.00	31.458.00	28.313.00	25.482.00	22.933.00	20.640.00	18.578.00
G-1	5.705.00	5.135.00	4.621.00	4.158.00	3.743.00	3.368.00	3.032.00	2.728.00	2.454.00	2.210.00	1.988.00	1.796.00
G-2	7.236.00	6.512.00	5.861.00	5.273.00	4.727.00	4.272.00	3.846.00	3.461.00	3.115.00	2.800.00	2.523.00	2.271.00
G-3	12.943.00	11.650.00	10.485.00	9.462.00	8.492.00	7.643.00	6.878.00	6.191.00	5.572.00	5.013.00	4.513.00	4.062.00
G-4	17.815.00	16.032.00	14.430.00	12.986.00	11.667.00	10.518.00	9.467.00	8.521.00	7.668.00	6.901.00	6.211.00	5.590.00
G-5	34.100.00	30.690.00	27.620.00	24.858.00	22.372.00	20.135.00	18.121.00	16.310.00	14.678.00	13.211.00	11.900.00	10.701.00
M-1	6.592.00	5.933.00	5.340.00	4.808.00	4.325.00	3.892.00	3.503.00	3.153.00	2.837.00	2.553.00	2.298.00	2.068.00
M-2	13.066.00	11.762.00	10.586.00	9.527.00	8.573.00	7.717.00	6.945.00	6.251.00	5.626.00	5.062.00	4.556.00	4.101.00
M-3	26.756.00	24.080.00	21.672.00	19.503.00	17.555.00	15.798.00	14.220.00	12.797.00	11.517.00	10.366.00	9.328.00	8.390.00
J-1	27.195.00	24.476.00	21.028.00	19.325.00	17.642.00	16.054.00	14.552.00	13.007.00	11.706.00	10.536.00	9.482.00	8.533.00
J-2	46.890.00	42.200.00	37.980.00	34.182.00	30.763.00	27.687.00	24.918.00	22.427.00	20.185.00	18.166.00	16.348.00	14.715.00
J-3	19.693.00	17.723.00	15.922.00	14.350.00	12.921.00	11.628.00	10.466.00	9.420.00	8.477.00	7.630.00	6.866.00	6.180.00
J-4	43.763.00	39.387.00	35.416.00	31.803.00	28.713.00	25.841.00	23.257.00	20.932.00	18.838.00	16.955.00	15.258.00	13.733.00
J-5	85.952.00	80.357.00	73.421.00	66.078.00	58.271.00	50.943.00	43.050.00	35.550.00	28.390.00	23.551.00	20.996.00	18.627.00

VEICULO		IPVA	
ESPECIE / TIPO	POTENCIA/CILINDRO/CAPACIDADE	DO	IPVA
CICLOMOTOR, MOTOCICLETA, MOTONETA E TRI-CICLO	ATE 50 CC ACIMA DE 50 CC ATE 150 CC ACIMA DE 150 CC ATE 350 CC ACIMA DE 350 CC	P-1 P-2 P-3 P-4	1 2 3 4
AUTOMVEL	ATE 50 CV ACIMA DE 50 CV ATE 100 CV ACIMA DE 100 CV ATE 150 CV ACIMA DE 150 CV ATE 220 CV	G-1 G-2 G-3 G-4	1 2 3 4
MUGGY E CAMIONETA	ATE 150 CV ACIMA DE 150 CV ATE 250 CV	J-1 J-2	1 2

VEICULO		IPVA	
ESPECIE / TIPO	POTENCIA/CILINDRO/CAPACIDADE	DO	IPVA
FURGAO, JIPE E PICK-UP	ATE 100 CV ACIMA DE 100 CV ATE 220 CV ACIMA DE 220 CV	M-1 M-2 M-3	1 2 3
MICROONIBUS E ONIBUS	ATE 150 CV ACIMA DE 150 CV	I-1 I-2	1 2
CAMINHÃO E CAVALO-MECANICO	ATE 150 CV ACIMA DE 150 CV ATE 250 CV	J-1 J-2	1 2

automotores (IPVA), prevista no art. 3.º, da Lei n. 8216, de 31.12.85.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que se possa objetar, amparada que está a matéria pela legislação vigente.

No que respeita ao aspecto financeiro, é das mais louváveis a iniciativa governamental, que reajusta a base de cálculo do IPVA de maneira sóbria e objetiva, sem onerar de modo significativo o contribuinte, já tão sacrificado pelas condições de incerteza da economia brasileira.

Ao estudarmos o projeto, verificamos que as tabelas do imposto foram reajustadas em 25% (vinte e cinco por cento), valores, portanto, muito inferiores ao aumento de preço dos veículos automotores que, no período de um ano, tiveram aumentos de preços que, somados, ultrapassam a 100% (cem por cento).

Por outro lado, são incluídas as isenções de pagamento para os paraplégicos e para as empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público, ambas justificáveis por si mesmas.

Nestas condições, somos pela aprovação.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) CAÍTO QUINTANA"

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana, para relatar o projeto de lei e o parecer. Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Originado da Mensagem n. 165/86, o Projeto de Lei em pauta objetiva fixar para o exercício de 1987, a base de cálculo do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), prevista no art. 3.º da Lei n. 8216, de 31/12/85.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que se possa objetar, amparada que está a matéria pela legislação vigente.

No que respeita ao aspecto financeiro, é das mais louváveis a iniciativa governamental que reajusta na base de cálculo o IPVA de maneira sóbria e objetiva; sem onerar de modo significativo o contribuinte, já tão sacrificado pelas condições de incerteza da economia brasileira.

Ao estudarmos o projeto, verificamos que as tabelas do imposto foram reajustadas em 25%, valores portanto muito inferiores ao aumento de preço de veículos automotores, que no período de um ano tiveram um aumento de preço e somados ultrapassam a 100%.

Vale dizer, Sr. Presidente, que o Estado do Paraná não cobra IPVA pela nota fiscal; e sim pelo valor estimado de cada veículo. No ano de 1986, os veículos auto-

motores tiveram um aumento de mais de 100%, e o IPVA está sendo proposto apenas 25% sobre a tabela do ano passado.

Por outro lado, são incluídas as isenções de pagamentos para os paraplégicos e para as empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público, ambas justificáveis por si mesmas.

Nestas condições, somos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está em discussão o Parecer da Comissão Geral. - Aprovado.

Está em discussão o Projeto de Lei. - Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pela Ordem, Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder a verificação de votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem, solicito a chamada nominal, Sr. Presidente.

Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Srs. Deputados aprovam o projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto, queiram levantar-se.

Três Srs. Deputados rejeitam.

A Mesa vai proceder nova verificação de votação.

A Mesa solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto, queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados aprovam o projeto.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados aprovam e sete rejeitam. - Aprovado.

O SR. FUAD NACLI - (Pela ordem) Sr. Presidente, eu gostaria que constasse na Ata o meu voto contrário.

No momento em que se fala em contenção de despesa, vem mais uma extorsão contra o povo.

O SR. WERNER WANDERER - (Pela ordem) Meu voto também gostaria que fosse registrado na Ata.

Nós somos contra, porque tudo é aumentado, neste País, do Governo, menos dos empregados, menos dos agricultores, menos do povo, agora o que é do governo, sim. É por isso que votei contra.

- O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) O seu voto será anotado.
- O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, para consignar o voto do PDT contra a aprovação deste aumento.
- O SR. ERONDY SILVERIO - (Pela ordem) Para consignar o meu voto contrário.
- O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Está consignado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 288/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 164/86), que objetiva modificar alguns dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982 (Estatuto da Polícia Civil), visando por em prática o regime especial de trabalho policial previsto na referida lei complementar e sua alteração pela de número 19/84. SEM PARECERES. (Public. no D.A. n. 151, de 15.12.86, Mensagem).

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 288/86

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental n. 164 encaminha Anteprojeto de Lei que visa alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, objetivando por em prática o regime especial de trabalho policial.

A matéria é, indiscutivelmente, de competência de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional à sua tramitação por esta Casa.

O anteprojeto resultou de estudos conjuntos entre as Secretarias de Estado da Administração e da Segurança, e visa a regulamentação do "Regime Especial de Trabalho Policial" previsto nas Leis Complementares n. 14/82 e 19/84, e atende, na medida do possível, às reivindicações daquela laboriosa classe de servidores do Estado.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) CAÍTO QUINTANA

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, para relatá-lo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Parecer do Projeto de Lei Complementar n. 288/86, com a Mensagem Governamental n. 164 encaminha Anteprojeto de Lei que visa alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, objetivando por em prática o regime especial de trabalho policial.

A matéria é, indiscutivelmente, de competência de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, não havendo qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional à sua tramitação por esta Casa e o anteprojeto resultou de estudos conjuntos entre as Secretarias de Estado da Adminis-

tração e da Segurança, visando a regulamentação do Regime Especial de Trabalho Policial previsto nas Leis Complementares n. 14/82 e 19/84, e atende, na medida do possível, às reivindicações daquela laboriosa classe de servidores do Estado.

Nestas condições, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) Está em discussão o Parecer da Comissão Geral.

Encerrada a discussão, em votação o Projeto de Lei n. 288/86.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. - Aprovado, por unanimidade.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 287/86, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 163/86), que objetiva majorar, a partir de 01 de janeiro de 1987, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do Funcionário Público Civil e Militar do Estado. SEM PARECERES. (Public. no D.A. n. 151, de 15.12.86 - Mensagem).

PROJETO DE LEI N. 287/86

P A R E C E R:

A Mensagem Governamental n. 163/86 encaminha a apreciação deste Poder Legislativo, a proposta de aumento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado - inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado, fixando-os a partir de 01 de janeiro de 1987, de acordo com as tabelas anexas.

Sob o ponto de vista constitucional e legal, não há qualquer óbice que se lhe possa opor, pois a matéria é regida pelo disposto no artigo 47 da Constituição Estadual, que dá ao Excelentíssimo Governador do Estado competência privativa para iniciativas de tal natureza.

Por outro lado, analisada a questão do ponto de vista financeiro, pode-se verificar que o poder Executivo, sensível aos reclamos de seus servidores, procura dar-lhes atendimento em suas pretensões, da forma mais elástica possível, sem que haja comprometimento excessivo da arrecadação, o que poderia inviabilizar o plano de ação do próximo Governo.

É preciso que se ressalte, inclusive, que se não fosse a previsão projetada do ICM, baseada nas arrecadações dos meses de novembro e dezembro, e considerando ainda os efeitos do Plano Cruzado II, no que possa ser benéfico à Receita Estadual, os

níveis propostos de aumento seriam incompatíveis com a realidade, pois, levariam a despesa com o pessoal a ultrapassar em quase 6% (seis por cento) a arrecadação daquele tributo.

Nestas condições, somos pela aprovação do projeto, sob o ponto de vista constitucional, com a emenda substitutiva em anexo, por motivo de erro de digitação, nos reservando, entretanto, a faculdade de nova intervenção na discussão da matéria em Plenário.

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) CAÍTO QUINTANA

Concedo a palavra para relatá-lo, ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Parecer ao Projeto de Lei n. 287/86:

A Mensagem Governamental n. 163/86 encaminha à apreciação deste Poder Legislativo, a proposta de aumento dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Tribunal de Contas do Estado - inclusive Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado, fixando-os a partir de 01 de janeiro de 1987, de acordo com as tabelas anexas.

Sob o ponto de vista constitucional e legal, não há qualquer óbice que se lhe possa opor, pois a matéria é regida pelo disposto no artigo 47 da Constituição Estadual, que dá ao Excelentíssimo Governador do Estado competência privativa para iniciativas de tal natureza.

Por outro lado, analisada a questão do ponto de vista financeiro, pode-se verificar que o Poder Executivo, sensível aos reclamos de seus servidores, procura dar-lhes atendimento em suas pretensões, da forma mais elástica possível, sem que haja comprometimento excessivo da arrecadação, o que poderia inviabilizar o plano de ação do próximo Governo.

É preciso que se ressalte, inclusive, que se não fosse a previsão projetada do ICM, baseada nas arrecadações dos meses de novembro e dezembro, e considerando ainda os efeitos do Plano Cruzado II, no que possa ser benéfico à Receita Estadual, os níveis propostos de aumento seriam incompatíveis com a realidade, pois, levariam a despesa com o pessoal a ultrapassar em quase 6% (seis por cento) a arrecadação daquele tributo.

Nestas condições, somos pela aprovação do projeto, sob o ponto de vista constitucional, com a emenda substitutiva em anexo, por motivo de erro de digitação, nos reservando, entretanto, a faculdade de no-

va intervenção na discussão da matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Emenda Substitutiva se apresenta nos seguintes termos:

(Lê):

EMENDA SUBSTITUTIVA
AO ANEXO I, TABELA X
DO PROJETO DE LEI N. 287/86

Art. - Dá nova redação à Tabela X do Anexo I, pelo seguinte:

TABELA X

CARGOS EM COMISSÃO DOS

PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO,
JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

A. CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO
SUPERIOR - DAS

DAS-1	11.159,17
DAS-2	10.222,22
DAS-3	9.422,29
DAS-4	8.334,42
DAS-5	6.485,18

B. CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	
1-C	4.127,45
2-C	3.811,87
3-C	3.518,77
4-C	3.250,25
5-C	3.002,84
6-C	2.774,15
7-C	2.567,22
8-C	2.373,68
9-C	2.197,62
10-C	2.032,16
11-C	1.885,48
12-C	1.744,80
13-C	1.617,22
14-C	1.500,93
15-C	1.440,37

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Acreditamos que houve um equívoco no tocante à elaboração da Tabela X, referente aos cargos comissionados.

Foram excluídos da majoração de 36% (trinta e seis por cento) apenas aquelas categorias de servidores que obtiveram qualquer reajuste, direta ou indiretamente, durante o correr do exercício de 1986.

Os ocupantes de cargos comissionados não obtiveram qualquer reajuste em seus vencimentos.

Embora existam duas categorias de funcionários comissionados, a proposta ora apresentada nos parece justa e oportuna.

Assim, temos a ponderar que os ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS, em número reduzido, cabem os encargos da maior responsabilidade da Administração Pública, tais como exercer a Direção Geral das Secretarias de Estado, da Assembléia Legislativa e dos Tribunais,

ou mesmo a Chefia de Gabinetes.

Quanto aos integrantes da simbologia C, por uma questão de justiça, pois ali estão os mais humildes, com os mais pesados encargos, inclusive de Assistência Social ou exercido junto aos presídios do Estado, não vemos razão para deixarem de ser contemplados com reajuste em igualdade de condições com o Pessoal do Quadro Geral.

A propósito, a Emenda foi elaborada de tal forma que, se o Poder Executivo entender que deve manter a Tabela atual, basta usar o disposto no artigo 6º e vetar aquela apresentada como opcional.

Queremos chamar a atenção dos nobres Parlamentares, na Tabela I, no Anexo I, Tabela IV, no que se refere a vencimentos de engenheiros.

Consta no original: Engenheiro de Primeira Classe - Cz\$ 10.453,00; Engenheiro de Segunda Classe - Cz\$ 6.425,00; Engenheiro de Terceira Classe - Cz\$ 8.500,00; Engenheiro de Quarta Classe - Cz\$ 7.667,00.

É fácil perceber, nobres Parlamentares, que por um erro de digitação no engenheiro de II Classe, onde se lê Cz\$ 6.425,00, leia-se Cz\$ 9.425,01.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - Vossa Excelência me concede um aparte? - (Assentimento).

Eu queria realçar o cuidado de Vossa Excelência porque, justamente, estava aqui preparado para intervir no relatório de Vossa Excelência, porque, ao compulsar os documentos que vieram às mãos dos Deputados e suas bancadas, verifiquei justamente essa disparidade.

E quero parabenizá-lo, porque estou vendo que, ao fazer este relato, este Parecer à Casa, na forma como está sendo estabelecido para agilização dos trabalhos, Vossa Excelência demonstra o cuidado com que examinou essa matéria.

Parabéns a Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço e encaminho à Mesa também, nobre Presidente, uma Emenda Substitutiva ao Anexo I, Tabela X, do Projeto de Lei n. 287/86, que dá nova redação à Tabela X do Anexo I, no que tange o proposto para os cargos em Comissão dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas, visto que, pelas considerações feitas, é a única função, único cargo em comissão que se mantém com 16% de previsão de aumento.

Esses servidores não tiveram reajuste nenhum no ano de 1986, e para 1987 está sendo previsto apenas 16%. Como são poucos

os funcionários do Estado, onera em pouco a folha, apenas em 0,02 o aumento previsto.

Estamos encaminhando, juntamente com o Parecer, esta Emenda, para discussão em 2ª Votação.

Era o relatório, e somos pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em discussão o Parecer do Relator, Deputado Caíto Quintana.

Encerrada a discussão. Em votação. APROVADO. A Emenda será apreciada em 2ª Discussão.

Em votação o Projeto n. 287/86. - Aprovado, por unanimidade.



EMENDA SUBSTITUTIVA
AO ANEXO I, TABELA IV,
DO PROJETO DE LEI N. 287/86

Art. - onde se lê "engenheiro de 2ª
31/ Classe..... 6.425,01"

leia-se:

"ENGENHEIRO DE 2ª CLASSE.... 9.425,01"

Sala das Sessões, em 16.12.86.

(a) CAÍTO QUINTANA.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante o expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Djanuzzi de Aquino, ocorrido no dia 12 de dezembro do corrente ano, no Município de Amaporã. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Educação, viabilizando a criação de uma Escola Agrícola a nível de Primeiro Grau, no Município de Altônia. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Município de Peabiru, pelo 34º aniversário de emancipação política e administrativa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a melhoria e ampliação da rede de água existente no Município de Campina da Lagoa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos para a pavimentação asfáltica, na sequência da Av. Yolanda L. de Carvalho, até o Conjunto Habitacional Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Município de Ubatã. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando o apoio para a realização de reformas em escolas pertencentes à rede de escolas do Município de Araruna. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Trabalho e Assuntos Comunitários, encarecendo apoio para a assistência social do Município de Campina da Lagoa. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações, pela passagem do 4.^o aniversário de emancipação política do Município de Juranda. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações, pela passagem do 74.^o aniversário de fundação da Universidade Federal do Paraná. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Jornal "Gazeta Mercantil", pela reportagem sobre os aspectos da economia paranaense e seus esforços para a industrialização. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros da Agricultura e da Fazenda, viabilizando seja concedido o próximo aumento em janeiro de 1987, para os produtores de leite, na ordem de 100%. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Pitangui com Barra do Rio Tibagi, onde há uma balsa, entre os Municípios de Tibagi e Ponta Grossa. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo que a estrada que liga Campo Mourão a Barbosa Ferraz, passando pelo Barreiro das Frutas e Rio da Várzea, passe a ter a conservação da referida Secretaria. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo aprovação às reivindicações da Associação Paranaense de Reflorestadores. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo seja denominada "Rodovia Vereador Eduardo Walecki", o trecho compreendido entre as localidades de Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu até Bela Vista, no Município de Manoel Ribas. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, viabilizando a implantação da quinta à oitava séries do Primeiro Grau, na localidade denominada Marumbi, no Município de Cândido de Abreu. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação da Estrada Ivaí até Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu, parte integrante da Rodovia BR-487. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulín, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Dr. Luiz José Perrotti, por ter assumido o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13.^o salário aos servidores do Município de Ubatã. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando o apoio financeiro para paga-

mento do 13.^o salário aos servidores municipais de Roncador. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo verbas para auxiliar no pagamento do 13.^o salário aos servidores municipais de Quinta do Sol. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verba, para pagamento do 13.^o salário do servidor público, do Município de Moreira Salles. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13.^o salário aos servidores do Município de Goioerê. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando o apoio financeiro para pagamento do 13.^o salário aos servidores municipais de Fênix. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verba, para pagamento do 13.^o salário do servidor público, do Município de Engenheiro Beltrão. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13.^o salário aos servidores do Município de Campo Mourão. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando o apoio financeiro para pagamento do 13.^o salário aos servidores municipais de Nova Cantu. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verba, para pagamento do 13.^o salário do servidor público, do Muni-

cípio de Juranda. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13.^o salário aos servidores do Município de Mamborê. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando o apoio financeiro para pagamento do 13.^o salário aos servidores municipais de Janiópolis. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verba, para pagamento do 13.^o salário do servidor público, do Município de Campina da Lagoa. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13.^o salário aos servidores do Município de Araruna. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando o apoio financeiro para pagamento do 13.^o salário aos servidores municipais de Mariluz. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações pela passagem do 22.^o aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Quinta do Sol. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13.^o salário aos servidores do Município de Iretama. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verba, para pagamento do 13.^o salário do servidor público, do Município de Peabiru. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13º salário aos servidores do Município de Terra Boa. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verba, para pagamento do 13º salário do servidor público, do Município de Sertãoópolis. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, viabilizando a destinação de verbas para auxiliar o pagamento do 13º salário aos servidores do Município de Boa Esperança. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, visando a implantação da quinta à oitava séries do Primeiro Grau, na localidade de Rio do Tigre, no Município de Cândido de Abreu. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de um posto da Polícia Rodoviária Estadual, no entroncamento da PR-082, com a BR-466, localizado na comunidade de Placa Luar, no Município de Jardim Alegre. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a restauração do asfalto, restauração e ampliação no acostamento da Rodovia PR-082, no trecho compreendido entre os Municípios de Engenheiro Beltrão e de Placa Luar. (Jardim Alegre) - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a restauração total do asfalto, ampliação e restauração total do acostamento da Rodovia Jandaia do Sul - Placa Luar (Jardim Alegre, na extensão de 80 km e trechos integrantes da Rodovia BR-369, PR-457 e PR-082.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expedien-

te, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo a construção de uma casa na Escola Estadual Ângelo Gusso, no Bairro do Estribo Ahú, nesta Capital. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência, encarecendo reajuste na pensão dos aposentados, tendo em vista a defasagem gerada pelo governo anterior. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Srs. Presidente José Sarney, Jorge Murad, João Sayad, Dilson Funaro, Deni Schwartz e Marcos Freire, pela criação da Diretoria de Saneamento e Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, e a Theobaldo Vitorio Machado, por sua indicação para o cargo de Diretor do referido Órgão. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao jornalista Odone Fortes Martins, pela sua eleição como Presidente Regional da Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil - ADVB. - **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 233, 289, 288 e 287/86.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 112, 113 e 114/86.

Marca, ainda, uma Sessão Solene para às 15:00 horas, para a entrega de Títulos de Cidadania Paranaense aos Excelentíssimos Srs. Daniel Borges dos Reis, René Ariel Dotti e Dino José Bronze de Almeida, e marca, ainda, para dia 18, quinta-feira, às 10:30 horas, uma Sessão Solene para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Excelentíssimo Sr. Rutildo Pulido.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANIBAL KHURY, EM SESSÃO DO DIA 10 DE DEZEMBRO DE 1986.

"OS MILAGRES DA TERRA FECUNDA".

Jornal "Gazeta do Povo"

O exercício jornalístico de tantos decênios deu-nos, como "Gazeta do Povo" que somos, não só a certeza de que "a história se repete" - no dizer hegeliano - mas de uma profunda verdade que, embora provinciana, é descarteanamente matemática: as mudanças de governos estaduais não significam nem o princípio e nem a última ratio de tudo. Importa é o processo. O continuum dos fatos, cujo início pode ou não coincidir até mesmo com o começo de um período administrativo.

A partir de Manoel Ribas - os exemplos são ilustrativos e clarificam a compreensão do que pretendemos - o Paraná começou a viver um de seus ciclos econômicos de maior expressão: a cafeicultura. Na sua obsessão em construir, até com burros e galeotas, a "Estrada do Cerne", ligando o setentrão a Curitiba e Paranaguá, "Maneco Facão" menos premonia e muito mais ameaçava certezas de trazer, paranaensemente para nosso Estado, todo o cortejo de situações econômicas, financeiras, sociais, políticas e até culturais que essa cultura agrícola já dera ao Rio de Janeiro, ao tempo dos "Barões do Café" e para São Paulo, com sua definida condição de "locomotiva" do Brasil. Ademais - para dar tintas nacionalistas - o café timbra nossa economia tropical, embora uma atividade ruralizante e num quadro sociológico que, ao tempo, não nos dava uma ordem de idéias de que seríamos urbanos e caminhando para o industrialismo.

A obsessão para ligar o "Eldorado" do "Norte do Paraná" à Capital e ao Porto de Paranaguá foi um "continuum" político-administrativo, que perpassou governos, acutilado, inclusive, pelos fantasmas políticos do separatismo, que visavam a criar o "Estado de Parapanema". No início do decênio 50, quando Munhoz da Rocha construía, em Curitiba, o Centro Cívico - hiato no esforço da ligação com o setentrão paranaense - duas grandes e poderosas idéias movimentaram a sensibilidade política de nossos conterrâneos: de um lado, a crítica acerba contra o gasto na metrópole, ao invés de uma prioritária concentração de recursos na realização de uma "Rodovia do Café" (como seria denominada bem mais tarde) e de outra margem a visão munhozista de valorização curitibana como pólo capaz, inclusive, de contrabalançar o fortíssimo predomínio nascente no "Norte

do Paraná". Essa expressividade regional do setentrão do Estado, então econômica, começou a refletir-se ainda no histórico Palácio Rio Branco, sede da outrora Assembléia Legislativa (hoje, da Câmara de Vereadores), onde o peso da bancada de norte-paranaenses já indicava uma realidade que vivemos ainda hoje: a maioria dos governadores, ultimamente, tem sido dessa região. Pretendendo fincar em Curitiba o sentido de perenização da Capital, Munhoz da Rocha vivia o impacto de circunstâncias impressionantes em suas perspectivas: em 1946/47, Paranaguá exportou, pela primeira vez em sua história, um milhão de sacas de café (vide reportagem nos arquivos gazeteiros). No início da década dos 50 - quando Munhoz da Rocha ascendia ao poder - todas as projeções apontavam uma clareira de admirável desenvolvimento. O café plantava um "colar" de cidades fervilhantes, nas quais se tornava humanamente impossível imaginar outro ritmo que não fosse o desenvolvimento e a expansão. Abrigávamos brasileiros de todos os quadrantes e mãos de trabalhos das latitudes do mundo no milagre de um caldeamento em que predominavam, todavia, os "nordestinos" e o capital representado pelo "know-how" da segunda geração de italianos vindos dos cafezais paulistas e mineiros.

Mas o intercuro dos anos 50 a 60 deu-nos as primeiras grandes geadas sobre os cafezais paranaenses, enquanto o "lobby" paulista dardejava sobre nós o veneno da dúvida, qualificando o plantio de cafés em nosso Estado como verdadeira "loteria"... Estávamos assistindo às primícias da degriçolada do poder do ouro verde, enquanto a iniciativa do poder público buscava a diversificação agrícola. Nessa encruzilhada chegamos ao ciclo do grãos, com a febre da soja e conseqüente expansão, também, da cultura tritícola e do milho. Os milagres da terra fecunda, ventre fértil da natureza, levaram-nos à ocupação quase absoluta de nossos espaços. Surgiram o Sudoeste e o Oeste, pendões humanos das últimas migrações para o Paraná, repetição vigorosa de um fenômeno anterior de uma vintena de anos, que proporcionou o Norte, quando agricultamos as terras limites pelo Parapanema e o nosso Grande Rio".

De costas para o Atlântico que nos viu nascer tínhamos estendido braços raquíticos para o Sul e Nordeste, enquanto fazíamos fortes os passos em direção às três últimas grandes fronteiras paranaenses: o setentrão, o Oeste e o Sudoeste. O ciclo dos grãos fechava, com o poder das máquinas substituindo a enxada movida ao braço da pertinácia, a fase histórica da ocupação territorial do Paraná. De então para

cã se começou um estágio de descenso pintado, grotescamente, por fatores estranhos à vontade da gente dessa terra: uma política econômico-agrícola ausente da realidade da produção de bens primários; a expulsão do homem pelas grandes hidrelétricas, a perda do fascínio da aventura pela "promissão" da gleba nova, a metropolização de nossas cidades, com todo seu caldo de inquietações sociais a que se deve somar, também, a mediocrização política de nossas elites. Começávamos a caminhar - como caminhamos, ainda - para o declive, enquanto se sucediam, paralelamente a esse continuum, os governos estaduais, cada vez mais dependentes do poder central e iniciando uma prática de humilhação político-administrativa de mendigar nas portas dos ministérios. Somos, hoje e graças ao poder do homem sem nome que produz, um dos maiores Estados agrícolas do Brasil, enquanto os bolsões de pobreza inquietante inflam o desespero pela descapitalização - em tão multiplicados setores - que se multiplicam pelo Paraná.

O Paraná é um dos mais vivos paradoxos do Brasil destes dias da Nova República: somos dos maiores produtores de bens agrícolas, criando a fartura da comida, mas não sabemos imantar nossos conterrâneos que estão buscando novas fronteiras no país, criando, até mesmo, um Estado-sucursal, que é Rondônia. As cidades expandiram-se populacionalmente, drenando mão-de-obra do campo, enquanto nossas estatísticas agrícolas continuam crescendo, na configuração da irreversibilidade do êxodo rural, que a lição da história econômica nos ensina inexistir conjunto de razões que levem o homem a retornar em massa para a produção de bens primários.

Nesta série editorial que vimos fazendo, Gazeta do Povo propõe-se a traçar - embora com a rapidez que a dinâmica do jornalismo nos impõe - algumas justificativas da ênfase que vem dando à necessidade de ampliarmos caminhos industrializatórios.

Depois do ciclo do café - fugaz, inclusive -, vivemos, hoje, o dos grãos (soja, trigo, milho - basicamente). Graças a estes dois estágios, nestes 40 últimos anos, o Paraná fez o milagre da terra fecunda que nos proporcionou, sociológica e economicamente, resultados extremamente densos: ocupamos todo nosso espaço físico pela agriculturação, hoje virtualmente com suas fronteiras definidas. Malgrado esforços, o Paraná-cafeeiro é hoje, o quarto produtor nacional, enquanto que o ciclo dos grãos empobrece a vitalidade de nossa força produtiva. Faz-se nítida a configuração de que o modelo agrícola - na impossibilidade de se ter uma política econômica para o setor e em face do centralismo federativo que não dá ainda, sinais de en-

fraquecimento - não nos levará ao reino da abundância (figurativamente falando). Estamos ruralizados. O nível de padrão de vida dos paranaenses está aquém do patamar econômico-financeiro que se pode alcançar em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais - o triângulo industrial brasileiro que tem o mais forte lobby de pressão sobre Brasília e de geração do processo brasileiro dentro do continuum nacional mais recente. Somos ruralizados e dependentes. Fronteiriços ao poder, não decidimos. Sequer influímos na decisão. Nem somos consultados, embora venha agudizando a sensação paranaense - quase paranista, até - de que a união dos estamentos políticos impulsionados, aglutinadamente e por cima de entreveros parbóquias, possa colocar-nos ao lado dos que têm condições decisórias. Mas, é um processo lento, que se esbarra na antropologia local. Continuamos vesgos e sem noções de etnocentrismo político a partir do sentimento araucariano. Nossos políticos continuam servindo industrializadas bandeiras partidárias nacionais, que são colocadas à ilharga do corpo das aspirações do povo paranaense. Postiças e sem conotações com nossa realidade, formam um clubismo que serve mais ao profissionalismo político que vertente da vontade da gente de nossa terra. Pior, ainda: o contínuo despreparo de quadros de elite - as exceções se fazem cada vez mais raras - sintomatizam perspectivas muito mais para a oclocracia (governo de massas despreparadas e em fúria) do que para a democracia, que supõe valores que possam dissentir da maioria num processo dialético que nos leva à síntese. Estamos aceitando, malfadadamente, a condição de Estado ruralizado e dependente do Poder Central, que nos dita regras para uma economia a partir de gabinetes brasilienses afastados em nuvens de um irrealismo completamente à distância dos problemas da terra e da gente que a trabalha.

Inventou-se, agora, o modismo da irrigação. Todos sabemos que resultou num fruto do "lobby" industrial paulista (grandemente das multinacionais fixadas em São Pau) e o interesse (que julgamos válido) em irrigar o Nordeste, incorporando-o, mesmo ruralizadamente, à realidade econômico-social da Nação. O senso de pragmatismo, que já devemos ter calejado paranaensemente, leva-nos a duas observações: 1) na distribuição de recursos por esse ministério, também comandado por um nordestino, é certo que não ficaremos com a melhor parte, já que quem parte e reparte, ficará com certeza, com o "chantily", do bolo... E não seremos nós; 2) entendida a irrigação como imprescindível para que alarguemos as fronteiras de nossa produção e produtividade, a fim de que o Paraná amplie sua contribuição ao fornecimento de

bens primários ao país, além de proporcionar divisas ao Tesouro Federal pelo que exportamos, é certo que todo esse quadro terá sobre si a impendência de uma situação cruel, que arrastamos durante este ciclo dos grãos: a ausência de uma política agrícola que não pauperize o homem. A irrigação, que desejamos, continuará ruralizando o Paraná. Quer dizer, deixando-nos na fronteira econômica que nos faz produtores de batatas (figurativamente falando), enquanto São Paulo faz caminhos para a tecnologia de ponta. O lavrador continua rachando as mãos, enquanto o operário, que se especializou pode ter um padrão de vida que nosso agricultor jamais conseguirá sonhar.

Qual o caminho?

É o que tentaremos abordar na terceira desta série editorial.

O caso do "ciclo do café" - cultura que movimenta a mão da família - deu-nos, ao lado da epopéia da conquista sócio-econômica do "Sudoeste" e do "Oeste", o fenômeno da definição de nossa fronteira agrícola. Já não temos mais espaços físicos para a aventura da fascinante conquista da terra. Deu-nos, também, a tragédia irreversível do êxodo. Da migração para as cidades e para a pauperização descapitalizante da melhor riqueza paranaense, que é a nossa gente, numa diáspora pelos quadrantes brasileiros e até paraquaios.

O ciclo dos grãos tornou aguda a consciência de um descenso econômico-social. Perdemos gentes para outros espaços físicos. Perdemos gentes na inadaptação cidadina, enquanto a vesguice político-administrativa do despreparo de nossas elites transformou Curitiba e tantas outras grandes metrópoles em caravancharás, verdadeiros mercados persas de malandragem comercial de bugigangas, explorando, despreparadamente, o desejo de participar de homens que vieram da enxada e continuam, anos após anos, alimentando o assistencialismo politiquês de alguns mais afoitos que ajuizados, para indicar e construir soluções compatíveis com a dignidade humana.

A ruralização paranaense, que nos coloca tão periféricamente ao novo tempo desta fase de transição que nos deve levar à vida democrática, significa, também, que este é o momento de repensar o Paraná. A agricultura já perdeu sua posição hegemônica como grande fonte de energia tributária estadual. "Gazeta do Povo" foi o primeiro jornal a sublinhar e comentar, sucessivamente, esta realidade. Realidade que indica uma certeza: estamos numa transição, embora louváveis esforços para irrigar (eis o modismo atual...) e abrir caminhos para a biotecnologia, que se deve acoplar ao imenso parque de máquinas agrícolas (que se vem deteriorado e sem gran-

des condições de renovação), a fim de que alarguemos espaços de contribuição às cópias primárias econômicas da produção brasileira. Mas, é um caminho que se estreita muito mais em dificuldades, quando se vê que nossos espaços físicos se vão fazendo angustiosos; que a massa humana segue, irreversivelmente, um destino de evolução econômica que é histórico em direção às cidades; que não temos uma política econômica para a agricultura, que compense estimuladoramente a inversões, como fizemos ao tempo do "ciclo do café" ou da primeira fase da "era dos grãos".

A economia do Paraná é, hoje, liderada pelo setor terciário - comércio/ serviços, que são atividades chamadas **horizontais**, em termos de geração econômica. Enquanto as projeções de crescimento agrícola são matizadas por números anêmicos, as estatísticas do avanço industrial perseguem a liderança expressa pelo potencial do comércio/ serviços, tão caracterizador da fase cidadina, que define, sociologicamente, o Paraná de hoje e irreversivelmente do futuro.

Essas colocações que vimos fazendo até este ponto, foram articuladas para se chegar ao seguinte: precisamos encontrar o caminho do tempo de agora e do futuro. Estamos convencidos que é o da expansão industrial. Esta é a razão pela qual "Gazeta do Povo" tem dado uma contribuição enfática à tese do governo João Elísio, que vem apontando esta direção. Nosso apoio decorre de uma sintonia de idéias, já que elas são o motivo básico de nossa permanente preocupação de saber servir nossa gente.

Nossos leitores - e a opinião pública paranaense - devem ter recolhido a impressão de que o período João Elísio está identificado com esta marca: o convite, que ele tem feito quase cotidianamente, a que o Paraná se industrialize.

Indicando essa direção, acreditamos que o governador propriamente, como seus companheiros de governo, estão imbuídos da certeza - que é a nossa - de que já terminamos a **fase dos milagres da terra fecunda**. A terra que já nos deu tanto - econômica, financeira, cultural, política, socialmente - caminha para o esgotamento de seu estágio de êxitos que retumbaram na criação do "Norte do Paraná" ou nos imensos episódios empolgantes do "Sudoeste" e do "Oeste". É claro que a terra em si e fecundada pela capacidade realizadora dos paranaenses haverá de dar-nos frutos que nos maravilharão ainda. Mas, a curva de sua ascensão prodigiosa já não se apresenta tão vigorosa, impondo-se acoplar ao seu indesmentível destino de fonte de produção a marca de um tempo de industrialização que tornara mais ampla sua própria potencialidade, alargando os horizontes de esperanças econômicas da gente paranaense.

De forma aparente, João Elísio tem conjugado, desde o dia 9 de maio, quando ascendeu ao governo, um verbo, preponderantemente: industrializar. É claro que sua dinâmica tem sido feita em outros campos. Mas, ele sabe e insiste que sua marca de tempo de governar será esta: a de apontar o caminho industrializatório. Inaugurando fiações, voando sigilosamente para o interior de Santa Catarina, para trazer frigoríficos para o Sudoeste, trancando-se em salas de estafantes reuniões em São Paulo e Minas Gerais, dialogando com líderes da iniciativa particular, convocando o empresariado paranaense a somar consigo e atrair capital e "know-how", para nosso parque, em tudo e por tudo sabe que ao lado da tarefa de indicar esta direção, é preciso lutar, quase todo o dia, para que o Paraná se industrialize.

Mas, em par a isto, há um trabalho silencioso, de gabinete, que pretende trazer a público, possivelmente, ao final de fevereiro, marcando **estratégias de ação econômica** para o Paraná, que ele está ajudando a "preparar o futuro", no slogan que caracteriza seu período.

Quais essas estratégias que poderão balizar um caminho pós os **milagres da terra fecunda**? É o que tentaremos esboçar na próxima nota editorial.

As idéias precedem as ações. É o traço de nossa condição racional. E as idéias, frutos da imaginação, fazem o Poder, exercitado concretamente. É, ao menos, o ponto de vista de Erich Fromm, afinal, o pai da ciência da psicologia social, sublinhando que o homem - que é massa, neste século de avanços - é guiado pelas mensagens dos veículos, que estruturam estereótipos e necessidades, conduzindo os estamentos, a partir de figuras parametrizadoras de comportamento, mas que são resultados, basicamente, de idéias. Sem elas, inexistente o Poder.

Qual a nova e grande idéia que aponte o grande e novo caminho paranaense? O café deu-nos o milagre do "Norte do Paraná" e o ciclo dos grãos plantou-nos o "Sudoeste", "Oeste" e a plenitude da ocupação da "fronteira agrícola" em nosso espaço físico. A consciência do final desse estágio ocupatório levou-nos a duas tentativas: o governador Parigot de Souza, criando a "Mineropar", quis indicar um caminho, o do subsolo. O então reitor da Universidade Federal do Paraná, prof. Ocyron Cunha, ao solicitar o concurso do cientista Metry Bacila, na criação do Centro de Biologia Marinha, em nosso litoral, apontou a direção do mar. Eram dois fatos comprovadores da visão do esgotamento do fascinante milagre da terra fecunda. Na crista dessas realidades, sem aparentes novas possibilidades de repetição de acontecimentos históricos e básicos, representados pelo

norte", ou do "Sudoeste-Oeste", o corpo do Paraná passou a ser fissurado por situações dramáticas: o êxodo rural direcionado ou para metrópoles do Estado, que incharam em situações de tensão e de dificuldades sócio-econômicas ou para outros pontos do País; a sucessão de novas barragens imensas, que diminuíram fisicamente o Estado - enquanto levantávamos, por estas colunas, o pendão da idéia dos "royalties" compensatórios; a ausência de uma política agrícola que deitou por terra a condição hegemônica do Paraná como produtor cafeeiro, deixando-nos em quarto lugar na produção nacional do "ouro verde"; os confiscos, quando havia excesso de produção; os preços vis para os bens primários; a pressão do "lobby" industrial paulista impeditivos do deslanche do processo industrializatório da produção agrícola do Paraná (algodão, soja, etc). A descapitalização estadual se fazia evidente em termos de fluxos migratórios, em empecos para nossas trilhas de indústria e pela lateralização de nossos valores humanos, que se fazia evidente na ausência de paranaenses no plano das decisões administrativas e políticas em Brasília. O então secretário dos Transportes, hoje ministro do Desenvolvimento Urbano, o engenheiro Deni Schwartz sublinhava, em conferência feita no Instituto de Engenharia, com dados estatísticos, que o Paraná vinha em descenso, num declive que teríamos que nos opor. Opor-nos, porém, através de que ordem de idéias? Já não tínhamos mais condições de repetir o "milagre" do "Norte do Paraná". Ou de gerar aquelas perspectivas que tornaram o "Sudoeste" e o "Oeste" como novos "boons", maravilhando-nos em entusiasmo e sentimento paranista. Impunha-se encontrar uma idéia e um caminho que reaglutinasse esperanças. A tese da industrialização, como roteiro para o Paraná, não é nova. Desde os esboços iniciais do primeiro governo de Moysés Lupion já existiam preocupações no sentido de construir grandes centrais hidrelétricas e preparatórias para o surto industrializatório. O continuum desse processo alcança, mais tarde, um estágio efetivo no plano de realizações com o período Ney Braga. A criação da Codepar (Badep, hoje) convocava ao sacrifício tributário os paranaenses em geral pela via do aumento da alíquota do então IVC, lastro de recursos codeparianos para a construção de estradas, de hidrelétricas e de apoio ao impulso em favor da industrialização. Sucederam-se os governos e a atividade econômica secundária começou a expandir-se. Houve a "febre" da institucionalização das "Cidades Industriais", quer em Curitiba como no interior, na configuração indicativa de um rumo que se vinha adensando.

Os paranaenses, todavia, teimam em não acreditar numa verdade: já não somos um Estado "essencialmente agrícola", embora sem o produto primário paranaense o Brasil desequilibre-se desastrosamente. Titular de uma forte agricultura/pecuária, somos, hoje, uma economia que expressa números de maior relevo em ICM na área comércio/serviços e indústria, na configuração de um perfil que tende ao irreversível. Parece que já assistimos ao fim do milagre das terras fecundas.

Na consciência da importância dessa encruzilhada há o contínuo chamamento da voz de João Elísio para que o Paraná acelere seu processo de industrialização. Partindo de articuladas preocupações como secretário das Finanças, teceu o plano do aproveitamento do potencial algodoeiro levando-o para os terrenos da fiação e tecelagem. Vale dizer, mais trabalho no interior fixando, socialmente, nos Municípios, não só o potencial econômico, mas, principalmente, a mão-de-obra, com resultados que se refletirão, tributariamente, para o Estado e para as células municipais. Trazendo para o Palácio Iguaçu essa preocupação, procurou dar amplitude estadual a esse chamamento, a que nos identificamos a partir da convicção - que se vem generalizando - de que o "novo milagre do Paraná" está na soma das lutas pelo aprimoramento agrícola (passando, logicamente, pela irrigação - atual modismo da técnico-burocracia federal) a que se aditaria desvelos para o setor comércio/serviços, cuja expansão está ligada ao ponto prioritário das atenções governamentais: a industrialização.

Ao lado desse permanente apelo convocatório, João Elísio pretende entregar, quase ao final de seu período, um plano contendo estratégias de ação econômica, uma espécie de "bíblia" do processo de estímulo e crescimento do passo industrial paranaense. Este será o ponto de nossa 5ª série editorial, que finalizará esta sucessão de colocações que vimos fazendo sobre o momento paranaense.

Como acelerar o fenômeno industrializatório no Paraná? De que maneira iremos implantar novas indústrias? Qual o apoio logístico do Poder Público a esse impulso que a palavra do governador João Elísio vem brandindo? Quais os setores que mereceriam prioridades, considerando-se o estágio econômico que nos caracteriza? Quais as ações políticas de curtíssimo e médio prazo que deveriam ser deflagradas para que se desenhasse, mais pronunciadamente, o novo perfil econômico que desejamos para o Estado?

O Paraná não tem um "modelo" para sua industrialização. Há, apenas, alguns esboços, sem que se tenha um perfil claro, ní-

tido, historicamente coerente, para sua caminhada econômica no setor de atividades secundárias. Nesse terreno estamos aquém de Minas Gerais, por exemplo (nem se use, ilustrativamente, o caso de São Paulo...). Os mineiros têm, no setor, dois grandes projetos: a) o siderúrgico, que precisa ampliar-se pela fome nacional de aço, etc. e; b) o projeto da Vale do Rio Doce, cujo atual gigantismo e avanços até para o terreno (além da mineração) do papel, agricultura etc, gerando fatores de desenvolvimento que impulsionam as Alterosas. O Rio Grande do Sul tem o projeto do seu Pólo Petroquímico, enquanto o Rio de Janeiro e a Bahia têm consciência do lastro de significação representado pelo petróleo e gás. De uma forma geral, o país, hoje, se direciona para o Norte, com o Projeto Carajás, com reflexos que se fazem por sobre o Maranhão (para dar-se uma simples exemplificação muito sintomática ...). Até Santa Catarina tem, bem mais que o Paraná, um destino de crescimento industrializatório que equilibra o desenvolvimento "barriga-verde", enquanto somos crivados pelas oscilações dos ciclos econômicos do café (em descensão), não se podendo afirmar que o estágio dos grãos seja perene forma de sustentação do processo econômico-social do Estado.

João Elísio deve dar-nos, possivelmente no final de fevereiro, um Plano contendo uma visão com estratégias de ação econômica.

Partiu-se de um princípio: não será um todo rígido, com linhas assentadas férrea e inflexivelmente. Constituir-se-á numa bíblia através da qual teremos fontes de aspirações e motivação para caminhadas estratégicas nas trilhas de nosso desenvolvimento econômico-social.

Tanto quanto já podemos informar, os estudos que se aceleram indicaram 96 oportunidades que tornaram possíveis de 11-13 programas. Dois deles envolvem os problemas mão-de-obra e de tecnologia. O Paraná está largando a enxada. A força de trabalho vem adaptando-se à máquina. Essa direção determina um programa: a readaptação do trabalhador ao estágio de comando da força da máquina, multiplicadora de bens. É um processo que já se iniciou com a fase das "culturas extensivas", último pendão do milagre das terras fecundas. Como estamos sendo, paranaensemente, cidadãos, é certo que o trabalhador tem que merecer um programa - quiçá prioritário e permanente - para que nossa força de trabalho se torne adequada ao novo caminhar econômico-social paranaense. O outro programa diz respeito à tecnologia. Terá que ser consone com a economia do Paraná e a partir de suas características, não se esquecendo a chamada "tecnologia de ponta". Para estudos e pesquisas o governo João Elísio já

criou um Fundo, existindo as possibilidades de ser criada uma nova Secretaria de Estado específica no próximo período governamental.

Afora estes dois programas, foram definidas áreas mais atraentes, em número de 11: mineral, cerâmico, moveleiro, papel e celulose; têxtil; agroindustrial; metalme-cânico; eletroeletrônico; química fina; informática e biotecnologia agrícola. Cada programa setorial gerará projetos que, no seu conjunto, formarão a vasta constelação do esforço industrializatório do Paraná. Claro que cada projeto em si terá um perfil (localização, tamanho, investidores em potencial, tecnologia, apoios financeiros, isenções fiscais, etc). O Poder Público será a ação e estímulo, conduzindo, pelo incentivo, a caminhada de uma aceleração industrializatória a partir do que temos e do que deveremos alcançar para que se estanque o descenso e se tente buscar o fascínio de uma nova caminhada sócio-Econômica - já que esgotamos os "milagres" do surgimento do "Norte do Paraná" ou dos acontecimentos que nos proporcionaram o "Sudoeste" e o "Oeste". Nessas áreas e na busca de atendimento a outros rincões paranaenses, tentando eliminar-se o fenômeno

da desarmonia nos índices de progresso entre as regiões do Estado, poderemos, até, encontrar um novo roteiro de caminhadas para o destino social, econômico e político do Paraná.

A visão de conjunto do atual momento e o levantar de bandeiras representadas por um elenco de estratégias de ação econômica poderão ser o selo definidor do período João Elísio. Apontando caminhos o jovem governador alça-se por sobre a rotina do cotidiano das nobres e difíceis tarefas de um chefe de Executivo. Precisamos reencontrar a esperança. Daquele mesmo vigor que nos deu o "Norte paranaense", ou que gestou a explosão maravilhosa de desenvolvimento do "Oeste" ou do "Sudoeste". Essa força esperançosa de idéias poderá corporificar-se nesse conjunto de estratégias de ação econômica, que nos apontará, com melhor burilamento, o caminho do Paraná-industrial, rumo de um destino, que a palavra cotidiana de João Elísio vem levantando como o sinal dos tempos do amanhã. É o que ele sintetiza no slogan de que devemos "preparar o futuro".
